

Banco Pan

Informações Trimestrais Consolidadas– 3T14

03 de novembro de 2014

Banco Pan

Relatório da Administração – 3T14

03 de Novembro de 2014

SENHORES ACIONISTAS

A Administração do Banco Pan S.A. (“Pan”, “Banco” ou “Companhia”) e suas subsidiárias submetem à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes Informações Trimestrais relativos ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2014, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As Informações Trimestrais apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pelas Leis 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”), pela Comissão de Valores Mobiliários, pela Superintendência de Seguros Privados, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e demais normas estatutárias.

EVENTOS RECENTES

Em 31 de julho de 2014, a Companhia informou aos acionistas e ao mercado que a mudança da razão social para Banco Pan S.A. foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo e conseqüentemente, o Banco passou a adotá-la oficialmente a partir de 1º de agosto de 2014, alterando também os códigos de negociação das ações e o nome de pregão na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”).

Em 21 de agosto de 2014, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado a recomendação do Comitê de Investimento, aprovação pelo Conselho de Administração do Pan e celebração dos contratos para alienação (i) da totalidade da participação societária por ele detida na Pan Seguros à BTG Pactual Seguradora S.A., uma sociedade controlada do Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”), e (ii) da totalidade da participação societária por ele detida na Pan Corretora ao BTG Pactual e à Caixa Participações S.A. (“Caixapar”), pelo valor total combinado de R\$ 580.000.000,00, o qual será corrigido pela variação positiva de 100% da Taxa DI até a consumação do fechamento das Operações que aguarda aprovação dos órgãos competentes. Esta venda permitirá que o Pan mantenha o foco na originação de crédito, permanecendo com uma receita adicional decorrente do crescente negócio de seguros, uma vez que o Pan acordou, também no contexto destas alienações, um acordo operacional de distribuição com a Pan Seguros, válido por 20 anos a partir da conclusão destas alienações, por meio do qual a Pan Seguros utilizará o balcão do Banco na comercialização de seus produtos de seguros.

Em 29 de agosto de 2014, o Bacen aprovou o Aumento de Capital da Companhia no valor equivalente a R\$ 1.331,6 milhões realizado mediante a emissão de ações ordinárias e preferenciais (“Aumento em ON e PN”).

ACORDOS OPERACIONAIS E COMERCIAIS

Desde 2011, por ocasião da entrada do BTG Pactual no bloco de controle do Pan, foram firmados Acordos de Cooperação Operacional e Comercial, de forma a reiterar o compromisso de parceria estratégica entre os acionistas controladores e a Companhia. Dentre as medidas previstas, com influência direta sobre a estrutura de capital e de liquidez do Pan, destacam-se: (i) o comprometimento da Caixa Econômica Federal (“Caixa”) em adquirir créditos da Companhia sem coobrigação, sempre que esta desejar cedê-los; e (ii) o reforço de liquidez através de acordo de depósitos interbancários ou operações similares realizado com ambos controladores. Estas são operações de longo prazo, com previsão de atualização e conferem ao Banco alternativas de *funding* com custo competitivo.

Adicionalmente, desde 2012, o Pan mantém acordo de cooperação mútua junto à Caixa para a estruturação, distribuição e comercialização de produtos e serviços, incluindo a elaboração e implementação conjunta de planos de desenvolvimento de produtos e serviços das duas instituições. Seus objetivos são criar sinergias e aproveitar oportunidades de ampliação dos portfólios de produtos, entre outras, tendo em vista a complementaridade dos parceiros.

Os diversos acordos operacionais e comerciais firmados desde a formação do atual bloco de controle do Pan, entre este e seus acionistas controladores, Caixa e BTG Pactual, demonstram não apenas o forte e reiterado suporte que os controladores têm disponibilizado para a Companhia, como também a complementaridade e alinhamento de interesses entre os três.

AMBIENTE ECONÔMICO

Com relação à atividade econômica, o PIB do 2º trimestre de 2014 declinou 0,6% em relação ao trimestre anterior, após ajustes para efeitos sazonais, registrando queda de 0,9% em relação ao mesmo período de 2013. Do lado da oferta, semelhante ao observado no primeiro trimestre, o setor primário registrou o melhor desempenho ao crescer 0,2% em relação ao trimestre anterior, mas em linha com o padrão cíclico, o crescimento foi menor do que o observado no primeiro trimestre, e não aponta para uma tendência ascendente para frente.

Como já esperado, o destaque negativo ficou com as atividades industriais que apresentaram quedas de 1,5% no trimestre e de 3,4% na comparação anual. Com este resultado, o PIB da indústria registrou sua quarta queda consecutiva. Notam-se dados fracos não só na indústria de transformação, mas também na construção civil. Apesar de indicadores coincidentes sugerirem um desempenho um pouco melhor ao longo do terceiro trimestre, os desafios permanecem significativos, particularmente tendo em vista os níveis elevados de estoques praticados. Ao contrário da tendência verificada desde o final de 2008, as atividades de serviços recuaram no segundo trimestre, apresentando queda de 0,5% frente ao primeiro trimestre, e ficando próximo da estabilidade na comparação anual, com aumento de apenas 0,2% no período.

Do lado da demanda, após contração de 0,2% no primeiro trimestre, o consumo das famílias voltou a crescer na margem, registrando crescimento de 0,3% durante o segundo trimestre, crescimento este inferior à metade de sua média histórica. O segmento também mostrou desempenho tímido na comparação com o mesmo período do ano passado, registrando crescimento anual de apenas 1,2%, marcando o menor crescimento desde o início de 2004. Já o investimento, apresentou declínio mais acentuado do que o antecipado, registrando queda de 5,3% no trimestre e 11% ao ano, confirmando a quarta queda consecutiva e retornando aos níveis observados no início de 2010. O consumo do governo não destoou e também caiu, apresentando queda de 0,7% frente ao trimestre anterior, mas o setor externo surpreendeu e teve resultado positivo no período, com exportações crescendo 3% e importações caindo 2% no terceiro trimestre.

Ainda referente ao setor externo, notamos que o déficit da conta corrente ficou em US\$ 5,5 bilhões em agosto. Com este resultado, o déficit acumulado em 12 meses manteve-se em US\$ 78,4 bilhões, representando 3,5% do PIB. Os números acumulados em 12 meses também mostraram um maior superávit no balanço de pagamentos por conta de uma melhora na conta financeira em conjunto com estabilidade na conta corrente. Com isso, os resultados de agosto levam o superávit no balanço de pagamentos acumulado no ano para US\$ 19,6 bilhões.

A respeito da inflação, o IPCA de setembro avançou 0,6% em relação a agosto e elevou a variação acumulada em 12 meses para 6,7%. Como já esperado, a inflação em itens livres de regulação confirmaram maiores pressões sobre o índice, mas a inflação de alimentos superou as expectativas ao registrar o maior número desde dezembro de 2013. Neste sentido, lembramos que a inflação em vestuário e bens duráveis também surpreendeu. Adicionalmente, ressaltamos que as medidas de núcleo de inflação permaneceram acima da inflação registrada pelo IPCA no acumulado em 12 meses.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego flutuou em torno de 5% de maio a agosto, ficando abaixo do observado no mesmo período no ano passado (média de 5,7%). Entretanto, ajustando para efeitos sazonais, a taxa de desemprego teria subido por dois meses, atingindo 5,0% em agosto após ter ficado em 4,6% de abril a junho. Lembramos que a geração de empregos vem desacelerando desde meados de 2013. Os números de

geração de emprego formal do Ministério do Trabalho (Caged) também indicam barreiras crescentes. No acumulado até setembro, 2014 continua apresentando uma geração de empregos inferior à de 2013.

Em relação ao mercado de crédito, os saldos das operações de agosto continuaram mostrando moderação no crescimento, passando dos 11,5% apurados em julho para 11,1% na comparação anual. Em linha com as tendências recentes, mais uma vez as instituições públicas ampliaram sua participação nos saldos, registrando participação de 53,0% em agosto de 2014, frente aos 52,9% e 50,7%, registrados respectivamente em julho e agosto de 2013. Notamos, entretanto, que instituições públicas também mantiveram desaceleração no crescimento anual dos saldos das operações, registrando crescimento de 16,2% em agosto de 2014, frente aos 16,7% apresentados em agosto de 2013. Já nas instituições privadas nacionais a variação foi de 6,5% para 6,3% enquanto nas estrangeiras foi de 5,4% para 5,2%, para o mesmo período. Após forte retração em julho, as médias diárias de novas concessões voltaram a crescer em agosto, registrando aumento de 11,7% nas concessões para pessoas jurídicas e 9,0% para pessoas físicas, refletindo ajustes nas operações de crédito livre e direcionado. Com relação aos aspectos qualitativos notamos que, após ter subido por sete meses consecutivos, a taxa de juros do crédito livre para pessoas físicas caiu ligeiramente em agosto, de 43,2% para 43,1%. Na mesma direção, a taxa para operações com pessoas jurídicas também apresentou queda na margem, de 23,1% para 22,8%. A inadimplência das pessoas físicas no crédito livre manteve-se em 6,6% prolongando o quadro de estabilidade observado desde o final de 2013.

Sobre a situação fiscal, o setor público consolidado (governo central, governos regionais e empresas estatais) registrou déficit de R\$ 14,5 bilhões em agosto, apresentando déficit pelo quarto mês consecutivo. Com isso, o superávit acumulado em 12 meses caiu para 0,9% do PIB, abaixo da meta de 1,9% para 2014.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Mesmo neste contexto de desempenho moderado da atividade econômica e política monetária mais restritiva, a originação de ativos de crédito apresentou crescimento em relação aos trimestres comparáveis mantendo sua trajetória de crescimento relevante no longo prazo. Assim, a originação de créditos atingiu média mensal de R\$ 1.332,5 milhões no 3º trimestre de 2014, 10,1% acima dos R\$ 1.210,1 milhões do 2º trimestre de 2014 e 13,6% acima dos R\$ 1.173,0 milhões do mesmo trimestre de 2013.

A Carteira Total de Crédito atingiu R\$ 16.561,8 milhões ao final do 3º trimestre de 2014, valor 2,9% superior à carteira de R\$ 16.101,9 milhões em junho de 2014 e 11,0% superior aos R\$ 14.916,5 milhões de setembro de 2013. Este valor inclui: (i) a carteira de créditos retida no Banco, de R\$ 16,4 bilhões e (ii) os créditos cedidos com coobrigação, no montante de R\$ 156,7 milhões.

O saldo da carteira de crédito com resultado retido, que exclui da carteira total os créditos cedidos com coobrigação e, desta forma, fornece a medida da carteira que rende receitas de juros para a Companhia, por sua vez, manteve crescimento superior ao da Carteira Total de Crédito, tendo atingido R\$ 16.405,1 milhões no fim do 3º trimestre, com crescimento de 3,5% em relação ao trimestre anterior e de 14,9% em relação ao mesmo trimestre de 2013.

Em 30 de setembro de 2014, o Pan possuía aplicações em títulos privados no valor de R\$ 16,8 milhões. Assim, a Carteira Total de Crédito Expandida, incluindo tais operações, atingiu R\$ 16.578,6 milhões no final do 3º trimestre de 2014.

Financiamento de Veículos

Segundo o Bacen, o saldo de crédito para aquisição de veículos (CDC PF) totalizou R\$ 184,6 bilhões no 3º trimestre de 2014, registrando queda real de 2,2% em relação ao trimestre anterior e de 10,8% ante o mesmo período de 2013. A modalidade representa 24,0% do saldo de crédito livre destinado às famílias. Já a carteira de leasing, que representa 0,5% do saldo de crédito para as famílias, continua se retraindo e registrou queda real de 22,0% no trimestre e de 62,2% nos últimos doze meses, totalizando R\$ 3,9 bilhões.

A taxa de inadimplência acima de 90 dias nos financiamentos de veículos (CDC PF) atingiu 4,4% no 3º trimestre de 2014, registrando recuo de 0,5p.p. em relação ao segundo trimestre de 2014 e queda de 1,3p.p. em relação ao mesmo período do ano de 2013. Destaca-se que a máxima histórica do indicador foi alcançada em junho de 2012 (7,2%), tendo recuado gradativamente desde então.

No terceiro trimestre de 2014, as taxas de juros para aquisição de veículos cobradas das famílias atingiram 22,8% a.a., queda de 0,2p.p. em relação ao trimestre anterior e avanço de 1,2p.p. em doze meses.

De acordo com a Fenabreve, foram vendidas 3,5 milhões de unidades de veículos leves (automóveis e comerciais leves novos e usados) no 3º trimestre de 2014, alta de 2,8% em relação ao mesmo período de 2013, com a comercialização de usados avançando 8,1% e as vendas de novos registrando queda de 11,7%. Na comparação com o trimestre anterior houve avanço de 4,8% no mercado de veículos usados e recuo de 5,1% no segmento de novos (dados com ajuste sazonal).

Já as vendas de veículos pesados (ônibus e caminhões) atingiram 146,8 mil unidades no 3º trimestre de 2014, registrando recuo de 5,9% em relação ao mesmo trimestre do ano passado, com forte queda de 17,1% no segmento de novos e retração de 0,4% no mercado de usados. Na comparação com o trimestre anterior, houve retração de 3,8% no mercado de pesados novos e expansão de 4,7% no segmento de pesados usados (dados ajustados sazonalmente).

Ainda de acordo com a Fenabreve, as vendas de motos no 3º trimestre de 2014 totalizaram 1,1 milhão de unidades, incluindo novas e usadas, apresentando alta de 4,2% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (queda de 7,6% no segmento de motos novas e alta de 10,7% no mercado de usadas). Na comparação com o trimestre anterior, houve retração de 2,0% no mercado de motos novas e alta de 6,7% no segmento de motos usadas (dados ajustados sazonalmente).

O financiamento de veículos permanece sendo o principal mercado de atuação da Companhia. No 3º trimestre de 2014, foram concedidos R\$ 1.669,8 milhões em novos financiamentos, incluindo as operações de arrendamento mercantil, valor 7,3% superior aos R\$ 1.556,0 milhões originados no trimestre anterior e 7,8% superior aos R\$ 1.548,5 milhões originados no 3º trimestre de 2013.

O Banco está ativamente presente em 7.678 concessionárias autorizadas e lojas multimarcas de veículos novos e usados, com alto grau de pulverização da origem de financiamentos, onde os 10 maiores grupos de concessionárias e revendedoras respondem por apenas 11,3% da origem total. Sua estratégia em veículos leves tem sido orientada pela busca de diversificação entre o segmento de automóveis novos e usados. Neste sentido, cabe destacar que, no 3º trimestre de 2014, o financiamento de automóveis nas concessionárias respondeu por 55,0% do financiamento de veículos leves e 45,3% do financiamento total de veículos, percentuais comparados, respectivamente, aos 56,3% e 46,0% do trimestre anterior e aos 60,1% e 48,5% do 3º trimestre de 2013.

Os financiamentos de veículos pesados tiveram produção média mensal de R\$ 38,1 milhões 3º trimestre de 2014, 11,0% abaixo do trimestre anterior e 6,4% abaixo do 3º trimestre de 2013.

Os financiamentos de motos, por sua vez, tiveram produção média mensal de R\$ 60,2 milhões no 3º trimestre de 2014, 15,4% acima do trimestre anterior e 6,4% abaixo do 3º trimestre de 2013.

A atual administração do Pan trabalha desde o seu início no aprimoramento dos modelos de aprovação, sistemas e processos de crédito do Banco. Como fruto deste trabalho, vem sendo alcançada uma melhoria substancial da qualidade das carteiras originadas, como demonstram os indicadores antecedentes de qualidade das safras originadas desde o 2º semestre de 2011.

Crédito Pessoal

De acordo com o Bacen, o saldo de crédito pessoal total (consignado e não-consignado) totalizou R\$ 347,8 bilhões no terceiro trimestre de 2014, acumulando altas reais de 1,3% e 3,6% em relação ao trimestre anterior e na comparação com o mesmo período de 2013, respectivamente. A modalidade representa 45,3% do saldo de crédito livre para as famílias.

A carteira de crédito consignado atingiu R\$ 244,6 bilhões no terceiro trimestre de 2014, registrando variações reais de 1,9% e 5,7% em relação ao trimestre anterior e no comparativo anual, respectivamente. Dentre os três segmentos que compõe o crédito consignado, o estoque de crédito para servidores públicos foi o que registrou maior expansão real anual (+6,4%), seguido por beneficiários do INSS (+5,5%) e trabalhadores privados (+0,9%). Destaca-se que os empréstimos para servidores públicos representam 62,0% do estoque de crédito consignado total.

Já o saldo de crédito pessoal não-consignado alcançou R\$ 103,2 bilhões, registrando queda real de 0,1% em relação ao 2º trimestre de 2014 e queda de 0,9% real em doze meses.

A taxa de inadimplência acima de 90 dias atingiu, no 3º trimestre de 2014, 4,0% do saldo de crédito pessoal total, alta em relação ao trimestre anterior de 0,1p.p. e recuo de 0,1p.p. nos últimos 12 meses. A inadimplência no segmento não-consignado registrou alta de 0.1 p.p., no comparativo anual, atingindo 7,2% e registrou queda de 0.2 p.p. no segmento com consignação em folha de pagamento, atingindo 2,6%. Destaque para a queda de 0,3p.p. em doze meses no segmento de consignado para servidores públicos, atingindo 2,6% do saldo no período.

O Pan concedeu R\$ 1.248,3 milhões em novos créditos consignados para servidores públicos e beneficiários do INSS durante o 3º trimestre de 2014, valor 47,6% superior aos R\$ 845,8 milhões do 2º trimestre de 2014 e 32,1% acima dos R\$ 944,8 milhões originados no mesmo trimestre de 2013. Os segmentos de crédito pessoal e crédito direto ao consumidor responderam pela concessão de R\$ 113,8 milhões em novos financiamentos no 3º trimestre de 2014, com redução de 3,6% em relação ao trimestre anterior e de 28,9% em relação ao mesmo trimestre de 2013.

Empresas

De acordo com o Bacen, o saldo de crédito livre para empresas totalizou R\$ 766,5 bilhões no 3º trimestre de 2014, registrando variações reais de -0,7% e -2,2% em relação ao 2º trimestre de 2014 e em doze meses, respectivamente. Esta carteira representa, atualmente, 15,1% do PIB, recuo de 0,4p.p. em doze meses. Dentre as modalidades de financiamento às empresas, a carteira de capital de giro totalizou R\$ 388,0 bilhões, representando 50,6% do saldo de crédito livre PJ.

A taxa de inadimplência acima de 90 dias do crédito livre para as empresas representou 3,6% da carteira de crédito no 3º trimestre de 2014, registrando alta de 0,2p.p. tanto na comparação com o trimestre anterior quanto no comparativo anual. Os atrasos no segmento de capital de giro avançaram 0,4p.p. em relação ao mesmo período de 2013, atingindo o patamar de 4,1% do saldo no terceiro trimestre de 2014.

A concessão de novos financiamentos do Pan para empresas foi de R\$ 828,9 milhões no 3º trimestre de 2014, valor 12,7% inferior aos R\$ 949,9 milhões do trimestre anterior, porém, 40,7% superior aos R\$ 589,1 milhões concedidos durante o 3º trimestre de 2013.

Desta forma, a carteira de crédito para empresas, atingiu o montante de R\$ 3.659,1 milhões, em linha com os R\$ 3.660,4 milhões registrados no final de junho, e 22,9% superior ao saldo de R\$ 2.977,0 milhões de setembro de 2013. O saldo das operações de ACC em dólares era equivalente a R\$ 478,7 milhões no final de setembro de 2014, contra R\$ 373,9 milhões no final de junho de 2014 e R\$ 366,8 milhões no 2º trimestre de 2013, representando aumentos de 28,0% no trimestre e de 30,5% em relação ao mesmo período de 2013.

A carteira de crédito expandida para empresas, incluindo avais e fianças no valor de R\$ 20,4 milhões e as aplicações em títulos privados no valor de R\$ 16,8 milhões, atingiu R\$ 3.696,3 milhões no final do 3º trimestre de 2014.

O banco mantém uma política de diversificação de riscos, apresentando, portanto, alta pulverização da carteira entre setores e grupos econômicos. Dessa forma, os 10 maiores clientes representam apenas 11,6% do saldo desta carteira.

Crédito Imobiliário

O saldo de crédito imobiliário PF (taxas livres + taxas reguladas) totalizou R\$ 407,0 bilhões no 3º trimestre de 2014, crescimento real de 5,0% em relação ao trimestre anterior e avanço de 19,4% em relação ao mesmo período de 2013. Desse total, R\$ 367,1 bilhões correspondem a recursos com taxas reguladas, com crescimento de 5,3% e 20,7% no comparativo com o trimestre anterior e em doze meses, respectivamente. O saldo de crédito imobiliário contratado a taxas de mercado atingiu R\$ 39,9 bilhões, crescimento real de 2,1% e de 8,5% em relação ao 2º trimestre de 2014 e no comparativo anual, respectivamente. A modalidade conta com uma das menores taxas de atrasos do segmento de financiamento para as famílias: a inadimplência total (over 90) atingiu, no terceiro trimestre de 2014, 1,7% da carteira de crédito imobiliário, recuo de 0,1p.p. em relação ao 2º trimestre de 2014 e recuo de 0,4p.p. em doze meses. No terceiro trimestre de 2014, o crédito imobiliário PF correspondeu a 8,0% do PIB, avanço de 1,3p.p. nos últimos doze meses.

Foram concedidos R\$ 136,7 milhões em financiamentos imobiliários durante o 3º trimestre de 2014, volume 14,8% inferior ao trimestre anterior e 50,5% abaixo do 3º trimestre de 2013, sendo: (i) R\$ 126,1 milhões em créditos concedidos para pessoas físicas dos quais R\$ 70,3 milhões em operações de refinanciamento (Crédito Fácil), R\$ 53,5 milhões para a aquisição de imóveis e R\$ 2,3 milhões em outras modalidades; e (ii) R\$ 10,6 milhões em créditos adquiridos pela Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Brazilian Securities") para securitização. Assim como já ocorreu em outras linhas de negócio, o Banco tem originado crédito de forma mais conservadora.

A carteira de crédito imobiliário atingiu R\$ 704,2 milhões no final de setembro deste ano. Este valor é 9,3% maior do que o saldo da carteira de R\$ 644,4 milhões acumulada no final do trimestre anterior e 25,2% maior do que o saldo da carteira de R\$ 562,3 milhões no 3º trimestre de 2013.

Cartões

A base de cartões de crédito fechou o 3º trimestre de 2014 com 1,8 milhão de plásticos. O volume transacionado com os cartões de crédito Pan atingiu o montante de R\$ 756,0 milhões no 3º trimestre de 2014, 15,3% maior do que no mesmo período de 2013.

Evoluindo na mesma forma, a despesa administrativa e a provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentaram queda de 2,2% e 10,3%, respectivamente na comparação do 3º trimestre de 2014 com o mesmo trimestre de 2013.

Seguros

Os prêmios de seguros totalizaram R\$ 47,1 milhões no 3º trimestre de 2014, com aumento de 4,2% em relação aos prêmios de R\$ 45,2 milhões do trimestre anterior e crescimento de 21,4% na comparação com o 3º trimestre de 2013, quando os prêmios totalizaram R\$ 38,8 milhões.

Os principais produtos da Pan Seguros neste trimestre, em montante total de prêmios e percentual de participação em relação à carteira total, foram: (i) o seguro de proteção de crédito (Pan Protege), com R\$ 28,1 milhões, equivalente a 59,7% do total da carteira; (ii) o seguro DPVAT, com R\$ 10,4 milhões e 22,0% de participação; (iii) os demais produtos representam 18,4% com destaque para a Garantia Estendida, cujas operações iniciaram neste trimestre e representavam 3,7% do total ao final do período.

As despesas administrativas da Pan Seguros somaram R\$ 3,7 milhões no 3º trimestre de 2014, com queda de 46,6% em relação ao trimestre anterior e queda de 36,0% na comparação com o mesmo período de 2013. Dessa forma, o resultado operacional da Pan Seguros foi de R\$ 25,5 milhões no trimestre, com aumento de 5,5% se comparado ao resultado de R\$ 24,1 milhões do trimestre anterior e crescimento de 29,4% em relação ao resultado de R\$ 19,7 milhões no mesmo trimestre de 2013. Até o 3º trimestre de 2014, o resultado operacional acumulado da Pan Seguros foi de R\$ 67,6 milhões, resultado 44,1% acima do total acumulado de R\$ 46,9 milhões no mesmo período de 2013.

O lucro líquido consolidado da Pan Seguros no 3º trimestre de 2014 foi de R\$ 11,5 milhões, 29,7% abaixo dos R\$ 16,4 milhões do trimestre anterior e 4,4% abaixo dos R\$ 12,0 milhões obtidos no mesmo trimestre de 2013, queda justificada pela adesão ao Programa de Recuperação Fiscal do Governo (“REFIS”), que gerou uma despesa de R\$ 5,3 milhões.

O Patrimônio Líquido da Pan Seguros atingiu R\$ 161,3 milhões em 30 de setembro de 2014, 6,4% acima dos R\$ 151,5 milhões do 2º trimestre de 2014 e 3,5% abaixo dos R\$ 167,2 milhões do mesmo período de 2013. É válido lembrar que, no 1º trimestre de 2014, foram distribuídos R\$ 55,0 milhões em dividendos existentes na conta de reservas estatutárias.

Captação de Recursos

Os recursos captados totalizaram R\$ 20,1 bilhões em setembro de 2014, 7,4% acima do saldo de R\$ 18,8 bilhões no final do 2º trimestre de 2014 e 18,8% acima do saldo de R\$ 16,9 bilhões no final do 3º trimestre de 2013, acompanhando as necessidades de financiamento dos ativos. Dentre as principais fontes de captação, destacaram-se: (i) os depósitos a prazo e interbancários, que representavam R\$ 11,0 bilhões, ou 54,8% do total; (ii) as letras financeiras, que correspondiam a R\$ 2,3 bilhões, ou 11,2% do total; (iii) as letras de crédito imobiliário e do agronegócio, que representavam R\$ 2,2 bilhões, ou 10,8% do total; (iv) as emissões de títulos no exterior, no valor de R\$ 2,0 bilhões, representando 10,2% do total; (v) as captações vinculadas à cessão de créditos com retenção de riscos e benefícios realizadas após julho de 2014, de acordo com a Resolução 3.533/08, no valor de R\$ 591,5 milhões, representando 2,9% do total; e (vi) os empréstimos no Brasil e exterior, que correspondiam a R\$ 225,5 milhões, equivalentes a 1,1% do total.

Auxiliado pela melhor percepção de risco decorrente da sua nova estrutura de controle acionário, o Banco vem conseguindo reduzir seus custos de captação, praticando taxas competitivas de mercado na emissão de novos certificados de depósitos a prazo. Como consequência, o saldo de captações através de depósitos a prazo com garantia especial do Fundo Garantidor de Créditos (“DPGE I”) manteve sua trajetória de redução, encerrando o 3º

trimestre de 2014 em R\$ 202,9 milhões, 6,4% abaixo dos R\$ 216,7 milhões do final do 2º trimestre de 2014 e 57,7% abaixo dos R\$ 479,8 milhões do 3º trimestre do ano anterior.

Da mesma forma, o saldo de captações através de cessões de carteiras de crédito com coobrigação, anteriores à Resolução 3.533/08, vem sendo gradualmente reduzido à medida que as carteiras cedidas no passado vencem, uma vez que o Pan não realizou mais cessões nesses moldes sob a atual administração. Assim, o saldo de R\$ 156,7 milhões em carteiras cedidas com coobrigação ao final do 3º trimestre de 2014, representou quedas relevantes de 36% frente ao saldo de R\$ 244,8 milhões no final do trimestre anterior e 75,3% em relação ao saldo de R\$ 634,1 milhões no final do 3º trimestre de 2013.

De acordo com o disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, o Pan declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” em suas demonstrações financeiras.

Custos e Despesas

No 3º trimestre de 2014, a despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa foi de R\$ 229,6 milhões, 8,7% inferior à despesa de R\$ 251,5 milhões no trimestre anterior e 1,8% superior à despesa de R\$ 225,6 milhões do 3º trimestre de 2013.

A recuperação de créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa vem contribuindo de forma positiva ao longo dos últimos trimestres, tendo atingido o total de R\$ 69,2 milhões no 3º trimestre de 2014, em linha com os R\$ 70,2 milhões do 2º trimestre de 2014 e os R\$ 71,9 milhões do mesmo trimestre de 2013. Assim, a despesa líquida de provisão para créditos de liquidação duvidosa foi de R\$ 160,4 milhões no 3º trimestre deste ano, valor 11,5% melhor do que os R\$ 181,3 milhões do trimestre anterior e 4,4% superior aos R\$ 153,7 milhões do mesmo trimestre de 2013.

As despesas de pessoal, tributárias e outras despesas administrativas totalizaram R\$ 403,2 milhões no 3º trimestre de 2014, comparadas a R\$ 390,4 milhões no 2º trimestre de 2014 e aos R\$ 405,7 milhões no 3º trimestre de 2013. Observamos um incremento em relação ao último trimestre em função do acordo coletivo, entretanto, no horizonte de um ano apresentamos uma redução de 0,6% enquanto a inflação acumulada no período foi de 6,7%.

A adequação da estrutura de custos do Pan à sua capacidade de originação de receitas é analisada de forma contínua. Assim, a estrutura de custos do Banco está dimensionada conforme as atuais expectativas da administração para os futuros volumes e margens de operações de crédito. Caso o ambiente econômico e mercadológico interfira na evolução do nosso plano de negócios, medidas adicionais de ajuste de custos serão tomadas para garantir tal adequação, como comprovam as mudanças na estrutura organizacional.

Lucro Líquido, Patrimônio e Alavancagem

O Pan apresentou no 3º trimestre de 2014 um resultado negativo de R\$ 69,7 milhões no balanço consolidado, comparado ao resultado negativo de R\$ 70,4 milhões no trimestre anterior e ao resultado negativo de R\$ 20,5 milhões no mesmo trimestre de 2013.

Os resultados trimestrais citados são impactados pelo volume de cessão sem coobrigação de cada carteira de crédito realizadas em cada período. Houve cessões sem coobrigação de carteiras de crédito imobiliário, crédito direto ao consumidor e crédito consignado no valor total de R\$ 1.385,7 milhões no 3º trimestre de 2014 comparadas à cessão sem coobrigação de carteiras de crédito imobiliário, crédito direto ao consumidor e crédito consignado no valor total de R\$ 1.884,4 milhões no trimestre anterior e carteiras de crédito imobiliário, crédito direto ao consumidor e crédito consignado no valor total de R\$ 1.471,0 milhões no 3º trimestre de 2013. As

participações de cada carteira no volume cedido influenciam na receita gerada e na margem financeira líquida que, no 3º trimestre de 2014, foi de 9,2%, em função do menor volume e diferente mix de produtos dos créditos cedidos, comparada a 12,1% no 2º trimestre de 2014 e 12,9% no mesmo trimestre de 2013.

Considerando o Aumento de Capital em ON e PN aprovado pelo Bacen em Agosto de 2014, no montante de R\$ 1.331,6 milhões, o Patrimônio Líquido Consolidado do Pan totalizou R\$ 3.408,1 milhões em setembro de 2014, frente aos R\$ 2.156,9 milhões registrados em junho de 2014 e aos R\$ 2.514,8 milhões em setembro de 2013.

Reforçado pelo aumento de capital, o Índice de Basileia do Conglomerado Financeiro ficou em 18,1% em 30 de setembro de 2014, comparado a 11,5% em 30 de junho de 2014 e 15,2% em 30 de setembro de 2013. O valor da Margem Operacional no 3º trimestre foi de R\$ 1.325,3 milhões para o Conglomerado Financeiro.

A partir de outubro de 2013, o cálculo do índice de Basileia passou a ser exigido apenas do Conglomerado Financeiro, eliminando-se a necessidade do cálculo para o Consolidado Econômico Financeiro, conforme resoluções nº 4.192 e 4.193/13 do CMN.

DESEMPENHO NO MERCADO DE AÇÕES

As ações preferenciais do Pan (BPAN4) estão listadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA e são integrantes do Índice de Governança Corporativa Diferenciada (IGC), do Índice de Ações com *TagAlong* Diferenciado (ITAG), do Índice de Governança Corporativa Trade (IGCT), do Índice *SmallCap* (SMLL) e do Índice BM&FBovespa Financeiro (IFNC).

A ação iniciou o 3º trimestre de 2014 cotada a R\$ 3,45 e terminou o trimestre cotada a R\$ 3,15, com desvalorização de 8,7% no período. A cotação máxima foi de R\$ 3,76 por ação e a mínima de R\$ 3,13 por ação no trimestre. No mesmo período, o Índice Bovespa teve valorização de 7,6%.

O volume financeiro total negociado no 3º trimestre de 2014 foi de R\$ 14,0 milhões, com uma média diária de R\$ 215,0 mil. No dia 30 de setembro de 2014, o valor de mercado do Banco era de R\$ 2,9 bilhões.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme divulgado em Aviso aos Acionistas publicado em 13 de Outubro de 2014, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) para reconsiderar a deliberação de criação e emissão das ações preferenciais resgatáveis ocorrida em AGE realizada em 15 de agosto 2014, e na mesma ocasião, foi aprovado pelos acionistas ali reunidos (i) a criação de nova classe de ações preferenciais resgatáveis (“PNR”); e (ii) aumento de capital social em até R\$ 1,5 bilhão representados por até 49.867.021 PNRs emitidas pelo valor unitário de R\$ 30,08, por um prazo de 5 anos, em uma subscrição privada para acionistas da Companhia.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Informações Trimestrais e Demonstrações Financeiras do Banco passaram a ser auditadas, a partir do 1º trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, o Pan não contratou no trimestre e nem teve serviços prestados pela PwC não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na execução da estratégia de negócios do Pan, e aos nossos clientes, investidores e parceiros, que nos honram com seu reiterado apoio e confiança.

São Paulo, 3 de novembro de 2014.

ATIVO	Nota explicativa				PASSIVO	Nota explicativa			
		30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013			30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013
CIRCULANTE		<u>11.473.621</u>	<u>9.699.758</u>	<u>9.632.102</u>	CIRCULANTE		<u>14.418.902</u>	<u>14.156.897</u>	<u>12.120.492</u>
Disponibilidades	5	<u>24.545</u>	<u>53.810</u>	<u>53.895</u>	Depósitos	17.a	<u>9.599.500</u>	<u>9.732.014</u>	<u>6.756.223</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.a	<u>2.363.868</u>	<u>925.317</u>	<u>1.973.206</u>	Depósitos à vista		157.471	129.428	122.482
Aplicações no mercado aberto		2.224.003	806.998	1.836.002	Depósitos interfinanceiros		8.328.756	8.382.618	4.975.284
Aplicações em depósitos interfinanceiros		139.865	118.319	137.204	Depósitos a prazo		1.113.273	1.219.968	1.658.457
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	<u>1.022.953</u>	<u>805.148</u>	<u>514.684</u>	Captações no mercado aberto	17.b	<u>254.107</u>	<u>296.597</u>	<u>1.484.381</u>
Carteira própria	7.a	<u>398.327</u>	<u>380.378</u>	<u>445.005</u>	Carteira própria		254.107	296.597	215.400
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	304.600	326.941	42.938	Carteira de terceiros		-	-	1.268.981
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	75.149	23.360	14.354	Recursos de aceites e emissão de títulos	17.c	<u>2.740.586</u>	<u>2.627.319</u>	<u>2.021.653</u>
Vinculados ao Banco Central		29.139	-	-	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		2.740.586	2.610.103	2.016.048
Vinculados a prestação de garantias		215.736	74.467	12.387	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		-	17.216	5.605
Outras aplicações		2	2	-	Relações interfinanceiras		<u>131.799</u>	<u>140.023</u>	<u>147.386</u>
Relações interfinanceiras		<u>64.037</u>	<u>53.900</u>	<u>34.427</u>	Recebimentos e pagamentos a liquidar		3.257	3.422	4.117
Pagamentos e recebimentos a liquidar		9.320	11.627	9.669	Correspondentes no país	18	128.542	136.601	143.269
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		2.917	2.774	2.151	Relações interdependências		292	2.033	9.629
Correspondentes no país		51.800	39.499	22.607	Recursos em trânsito de terceiros		292	2.033	9.629
Operações de crédito	8	<u>5.937.491</u>	<u>5.820.144</u>	<u>4.919.541</u>	Obrigações por empréstimos	19.a	<u>125.511</u>	<u>169.780</u>	<u>62.538</u>
Operações de crédito - setor privado		6.512.253	6.412.008	5.874.814	Empréstimos no país		1.694	1.639	1.430
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(574.762)	(591.864)	(955.273)	Empréstimos no exterior		123.817	168.141	61.108
Operações de arrendamento mercantil	8	<u>37.482</u>	<u>50.727</u>	<u>93.564</u>	Instrumentos financeiros derivativos	7.c	<u>11.742</u>	<u>6.953</u>	<u>1.843</u>
Operações de arrendamento a receber		44.720	60.102	111.554	Instrumentos financeiros derivativos		11.742	6.953	1.843
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.d	(7.238)	(9.375)	(17.990)	Outras obrigações		<u>1.555.365</u>	<u>1.182.178</u>	<u>1.636.839</u>
Outros créditos		<u>1.771.799</u>	<u>1.756.242</u>	<u>1.828.976</u>	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		10.891	8.880	7.132
Carteira de câmbio	9.a	<u>496.062</u>	<u>387.895</u>	<u>382.468</u>	Carteira de câmbio	9.a	2.247	-	5.575
Rendas a receber		210	73	602	Sociais e estatutárias		-	-	2.708
Créditos específicos		1.872	-	-	Fiscais e previdenciárias	22.a	167.248	127.960	211.163
Negociação e intermediação de valores		4.075	2.930	11.402	Provisões técnicas de seguros e previdência	23.e	168.848	171.522	148.831
Prêmios de seguros a receber		15.068	14.740	13.050	Negociação e intermediação de valores		114.369	115.415	143.117
Recebíveis imobiliários	10	50.999	49.899	32.405	Dívidas subordinadas	20	-	79.156	94.143
Títulos e créditos a receber	8 e 12	603.539	587.648	484.492	Diversas	22.b	1.091.762	679.245	1.024.170
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(32.934)	(46.850)	(46.429)					
Diversos	12	632.908	759.907	950.986					
Outros valores e bens		<u>251.446</u>	<u>234.470</u>	<u>213.809</u>					
Outros valores e bens	13.a	133.097	129.578	174.059					
(Provisão para desvalorização)	13.a	(37.342)	(40.811)	(97.134)					
Despesas antecipadas	13.b	155.691	145.703	136.884					

ATIVO	Nota explicativa	30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013	PASSIVO	Nota explicativa	30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		13.694.761	12.677.660	11.451.460	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		7.631.027	6.363.803	6.759.482
Aplicação interfinanceira de liquidez	6.a	6.967	36.029	21.952	Depósitos	17.a	1.594.528	1.579.259	1.407.493
Aplicações em depósitos interfinanceiros		6.967	36.029	21.952	Depósitos interfinanceiros		41.546	48.690	33.482
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	1.284.196	950.413	1.386.543	Depósitos a prazo		1.552.982	1.530.569	1.374.011
Carteira própria	7.a	555.091	471.587	794.257	Captações no mercado aberto	17.b	1.218.212	393.185	51.190
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	495.226	239.721	263.271	Carteira própria		468.906	213.701	51.190
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	216.870	117.648	186.635	Carteira de terceiros		749.306	179.484	-
Vinculados a prestação de garantias		17.009	121.457	142.380	Recursos de aceites e emissão de títulos	17.c	2.286.008	2.249.120	2.735.428
Operações de crédito	8	8.415.470	8.023.476	6.913.179	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		1.574.183	1.613.395	2.099.617
Operações de crédito - setor privado		8.726.290	8.339.495	7.303.082	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		711.825	635.725	635.811
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(310.820)	(316.019)	(389.903)	Obrigações por empréstimos	19.a	100.000	154.938	323.000
Operações de arrendamento mercantil	8	11.646	17.459	50.234	Empréstimos no país		100.000	100.000	100.000
Operações de arrendamento a receber		13.895	20.686	59.893	Empréstimos no exterior		-	54.938	223.000
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.d	(2.249)	(3.227)	(9.659)	Instrumentos financeiros derivativos	7.c	1.948	55.886	24.844
Outros créditos		3.599.662	3.327.545	2.801.579	Instrumentos financeiros derivativos		1.948	55.886	24.844
Créditos específicos		-	2.040	4.864	Outras obrigações		2.430.331	1.931.415	2.217.527
Recebíveis imobiliários	10	120.508	120.637	58.933	Fiscais e previdenciárias	22.a	58.744	151.660	748.490
Benefício residual em Operações Securitizadas	11	12.010	12.112	13.462	Negociação e intermediação de valores		179.978	2.624	1.666
Títulos e créditos a receber	8 e 12	25.835	19.670	55.329	Provisões técnicas de seguros e previdência	23.e	25.107	26.239	30.278
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(6.019)	(526)	(345)	Dívidas subordinadas	20	1.464.720	1.226.521	1.228.934
Diversos	12	3.447.328	3.173.612	2.669.336	Diversas	22.b	701.782	524.371	208.159
Outros valores e bens		376.820	322.738	277.973					
Despesas antecipadas	13.b	376.820	322.738	277.973					
					RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		1.780	1.977	2.641
					Resultados de exercícios futuros		1.780	1.977	2.641
PERMANENTE		291.470	302.158	313.902	PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS		22	17	21
Investimentos		1.193	1.193	788	Participação de acionistas minoritários		22	17	21
Participações em controladas	14.a	-	-	-					
Outros investimentos	14.b	1.193	1.193	788					
Imobilizado de uso	15	62.176	63.652	65.367	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.408.121	2.156.882	2.514.828
Imóveis de uso		2.530	2.530	2.530	Capital social	24	3.460.732	2.867.020	2.867.020
Outras imobilizações de uso		84.406	108.618	107.425					
(Depreciações acumuladas)		(24.760)	(47.496)	(44.588)	De domiciliados no país		3.206.174	2.602.550	2.555.661
Intangível	16.b	228.101	237.313	247.747	De domiciliados no exterior		254.558	264.470	311.359
Ativos intangíveis		317.959	317.700	309.733	Reserva de capital		737.887	-	-
(Amortizações acumuladas)		(89.858)	(80.387)	(61.986)	Ajustes de avaliação patrimonial		(25.985)	(15.279)	10.736
					Prejuízos acumulados		(764.513)	(694.859)	(362.928)
TOTAL DO ATIVO		25.459.852	22.679.576	21.397.464	TOTAL DO PASSIVO		25.459.852	22.679.576	21.397.464

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais consolidadas.

	Nota explicativa	2014			2013	
		3º Trimestre	2º Trimestre	1º Semestre	30/09/2014	30/09/2013
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.293.261	1.123.904	2.149.661	3.442.922	3.369.221
Rendas de operações de crédito	8.h	1.038.823	1.133.430	2.133.257	3.172.080	3.028.238
Resultado de operações de arrendamento mercantil	8.h	7.384	9.238	19.701	27.085	53.339
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.d	75.950	50.610	107.112	183.062	268.993
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.c	115.067	(70.778)	(111.867)	3.200	(72.343)
Resultado de operação de câmbio	9.b	56.036	1.404	1.459	57.495	90.994
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(966.321)	(680.259)	(1.301.453)	(2.267.774)	(1.832.592)
Operações de captação no mercado	17.d	(716.704)	(415.682)	(801.864)	(1.518.568)	(1.012.745)
Operações de empréstimos e repasses	19.b	(20.033)	(13.063)	(12.036)	(32.069)	(61.097)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.d	(229.584)	(251.514)	(487.553)	(717.137)	(758.750)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		326.940	443.645	848.209	1.175.148	1.536.629
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(437.204)	(544.980)	(1.068.614)	(1.505.813)	(1.450.374)
Receitas de prestação de serviços	25	98.518	89.722	175.929	274.448	275.015
Receita de prêmios ganhos de seguros	23.f	44.918	45.863	92.447	137.365	93.388
Despesas de sinistros retidos	23.f	(11.221)	(11.206)	(28.427)	(39.648)	(34.391)
Despesas de pessoal	26	(107.335)	(97.395)	(209.987)	(317.322)	(313.160)
Outras despesas administrativas	27	(298.492)	(339.711)	(609.780)	(908.272)	(952.667)
Despesas tributárias	28	(43.198)	(42.380)	(92.217)	(135.414)	(162.399)
Outras receitas operacionais	29.a	67.743	29.549	52.265	120.009	247.382
Outras despesas operacionais	29.b	(188.138)	(219.422)	(448.844)	(636.979)	(603.542)
RESULTADO OPERACIONAL		(110.264)	(101.335)	(220.404)	(330.665)	86.255
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	30	(14.290)	(13.951)	(28.305)	(42.595)	(51.261)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(124.554)	(115.286)	(248.710)	(373.260)	34.994
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	34.a	54.901	44.930	99.721	154.622	(3.776)
Provisão para imposto de renda		12.907	(15.768)	(12.632)	275	(58.117)
Provisão para contribuição social		(1.665)	(10.333)	(17.012)	(18.677)	(36.433)
Ativo fiscal diferido		43.659	71.031	129.365	173.024	90.774
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS		(1)	1	2	(3)	1
(PREJUÍZO)/ LUCRO LÍQUIDO		(69.654)	(70.355)	(148.987)	(218.641)	31.219

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais consolidadas.

BANCO PAN S.A. - CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS TRIMESTRES EM 30/09/2014 E 30/06/2014 E PERÍODOS FINDOS EM 30/09/2014 E 30/09/2013

(Em milhares de reais - R\$)

	2014		2013	
	3º Trimestre	2º Trimestre	30/09/2014	30/09/2013
RECEITAS	1.012.854	710.889	2.335.467	2.261.808
Intermediação financeira	1.293.261	1.123.904	3.442.922	3.369.221
Prestação de serviços	98.518	89.722	274.448	275.015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(229.584)	(251.514)	(717.137)	(758.750)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(149.341)	(251.223)	(664.766)	(623.678)
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(736.738)	(428.745)	(1.550.637)	(1.073.842)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(181.351)	(230.719)	(584.158)	(625.189)
Materiais, energia e outros	(548)	(507)	(1.708)	(2.264)
Serviços de terceiros	(47.779)	(47.552)	(138.226)	(136.340)
Comissões pagas a lojistas e promotores	(133.024)	(182.660)	(444.224)	(486.585)
VALOR ADICIONADO BRUTO	94.765	51.425	200.672	562.777
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(16.102)	(14.527)	(43.326)	(15.016)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	78.663	36.898	157.346	547.761
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	78.663	36.898	157.346	547.761
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	78.663	36.898	157.346	547.761
Pessoal	92.628	83.613	273.423	272.534
Remuneração direta	71.980	63.050	211.297	214.465
Benefícios	15.481	14.413	44.133	40.582
FGTS	5.070	4.831	14.979	12.355
Outros	97	1.319	3.014	5.132
Impostos, taxas e contribuições	42.912	11.424	65.347	207.564
Federal	32.826	2.618	37.522	180.621
Estadual	213	170	484	83
Municipal	9.873	8.636	27.341	26.860
Remuneração de capitais de terceiros	12.777	12.214	37.214	36.445
Aluguéis	12.777	12.214	37.214	36.445
Remuneração de capitais próprios	(69.654)	(70.354)	(218.638)	31.218
Prejuízo / Lucros retidos	(69.654)	(70.355)	(218.641)	31.219
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	1	1	3	(1)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais consolidadas.



BANCO PAN S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONTROLADOR
PARA OS TRIMESTRES EM 30/09/2014 E 30/06/2014 E PERÍODOS FINDOS EM 30/09/2014 E 30/09/2013

(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Lucros/(prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	2.867.020	-	(978)	(313.633)	2.552.409
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	11.714	-	11.714
Prejuízo	-	-	-	(45.867)	(45.867)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013	2.867.020	-	10.736	(359.500)	2.518.256
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	2.867.020	-	(16.286)	(542.681)	2.308.053
Aumento de Capital - (Nota 24a)	593.712	737.887	-	-	1.331.599
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	(9.699)	-	(9.699)
Prejuízo	-	-	-	(221.834)	(221.834)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014	3.460.732	737.887	(25.985)	(764.513)	3.408.121

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

	2014		2013	
	3º Trimestre	2º Trimestre	30/09/2014	30/09/2013
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
PREJUÍZO/LUCRO LÍQUIDO	(69.654)	(70.355)	(218.641)	31.219
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:				
Depreciações e amortizações	9.839	8.264	24.537	15.016
Amortização de ágio	6.263	6.263	18.789	18.789
Constituição de provisão para contingências	55.796	52.485	148.962	157.720
Reversão/Constituição para desvalorização de bens não de uso próprio	(5.153)	(9.968)	(20.720)	(1.789)
Prejuízo na venda de bens não de uso próprio	19.581	24.122	63.727	49.060
Perda por <i>impairment</i>	-	-	-	4.087
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	229.584	251.514	717.137	758.750
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(54.901)	(44.930)	(154.622)	3.776
Provisões técnicas de seguros e previdência	(3.806)	2.897	11.018	35.164
Lucro líquido ajustado	187.548	220.290	590.187	1.071.792
Variação de Ativos e Passivos:				
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(541.289)	(6.382)	(341.937)	(712.403)
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários	(411.284)	(107.685)	(502.209)	561.649
(Aumento)/Redução em instrumentos financeiros derivativos	(200.161)	49.758	(73.666)	23.514
(Aumento) em relações interfinanceiras	(18.361)	(2.172)	(33.512)	(11.611)
(Aumento) em operações de crédito	(734.752)	(230.034)	(2.371.223)	(2.668.963)
Redução em operações de arrendamento mercantil	19.058	22.552	66.721	130.236
(Aumento)/Redução em outros créditos	(248.189)	(109.933)	(293.311)	29.366
(Aumento) em outros valores e bens	(99.287)	(10.514)	(205.767)	(193.368)
(Redução)/Aumento em depósitos	(117.245)	1.438.559	1.928.723	1.549.588
Aumento/(Redução) em captações no mercado aberto	782.537	(148.677)	385.322	455.715
Aumento em recursos de emissão de títulos	145.918	-	220.983	-
Aumento/(Redução) em outras obrigações	732.151	(314.951)	413.339	(615.421)
(Redução)/Aumento em relações interdependências	(1.741)	(14.790)	(311)	2.254
(Redução)/Aumento em resultado de exercícios futuros	(197)	(270)	(680)	1.098
CAIXA LÍQUIDO (USADO)/PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(505.295)	785.751	(217.341)	(376.554)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Alienação de imobilizado de uso	-	19	17	-
Alienação de bens não de uso próprio	13.802	20.347	50.211	76.953
Aumento/(Redução) de capital de investimentos	-	(416)	(416)	-
Aquisição de imobilizado de uso	(2.263)	(2.999)	(7.222)	(15.713)
Aplicações no intangível	(3.150)	(8.227)	(14.976)	(25.018)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	8.389	8.724	27.614	36.222
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
(Resgate)/Emissão de letras financeiras	106.384	(529.361)	(283.333)	730.046
(Redução)/Aumento de obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	(17.817)	-	(37.191)	33.489
(Redução)/Aumento de dívidas subordinadas	-	(47.755)	(47.755)	57.411
Emissão de letras de crédito do agronegócio	(84.330)	32.599	1.389	309.881
Aumento de Capital	1.331.599	-	1.331.599	-
Variação nas participações minoritárias	5	(3)	1	(3)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(USADO) DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.335.841	(544.520)	964.710	1.130.824
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	838.935	249.955	774.983	790.492
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	860.808	610.853	924.760	279.400
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO (Nota 5)	1.699.743	860.808	1.699.743	1.069.892
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA				
Juros pagos	(1.324.363)	(751.282)	(2.075.645)	(1.415.510)
Juros recebidos	2.050.482	1.108.324	3.158.806	2.890.129
Transferência de ativos não de uso próprio	(12.002)	(13.902)	(37.731)	(76.931)
Ganhos/Perdas não realizados em títulos disponíveis para a venda	(17.844)	2.051	(14.710)	17.758

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS REFERENTES AOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014, 30 DE JUNHO DE 2014 E 30 DE SETEMBRO DE 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pan S.A. (“Banco”, “PAN” ou “Instituição”), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo, atuando direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, cartão de crédito, crédito consignado, financiamento de veículos, máquinas e equipamentos, operações de câmbio, financiamento à empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento imobiliário a pessoas físicas, aquisição de recebíveis imobiliários e emissão de certificados de recebíveis imobiliários - CRIs, arrendamento mercantil de veículos e outros bens, seguros dos ramos prestamista, de acidente pessoal coletivo, rendas de eventos aleatórios (seguro desemprego), de vida em grupo e danos pessoais – DPVAT, e consórcio de veículos e imóveis. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Ainda como estratégia de negócio e alternativa de “*funding*” para as suas operações, o Banco PAN adotou a política de cessão de créditos (com transferência ou retenção substancial de riscos e benefícios) de sua carteira de crédito para outras instituições financeiras. A cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios faz parte da estratégia operacional da instituição, o resultado é reconhecido de imediato nas receitas e despesas destas operações, bem como redução dos ativos de risco e conseqüente adequação de capital (Nota 3g). Os resultados estão refletidos nas informações trimestrais individuais em receitas de intermediação financeira, sendo a parcela correspondente às operações anteriormente feitas com FIDCs, eliminadas e apropriadas no prazo das operações de créditos, para fins de elaboração das informações trimestrais consolidadas, conforme mencionado na Nota 2.

Demonstra-se a seguir a composição acionária atual do Banco PAN.

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	272.865.193	51,00	102.031.711	25,9	374.896.904	40,35
Caixa Participações S.A. - CaixaPar	262.164.546	49,00	112.732.358	28,6	374.896.904	40,35
Conselho de Administração	5	-	5	-	10	-
Mercado	3	-	179.246.342	45,5	179.246.345	19,30
Total	535.029.747	100,00	394.010.416	100,00	929.040.163	100,00

A composição acionária acima considera o aumento de capital social aprovado em 13/06/2014 dentro do limite do capital autorizado, onde foram subscritas e integralizadas um total de 242.566.347 ações ordinárias e 151.397.741 ações preferenciais, ao preço de emissão de R\$ 3,38 por ação ordinária ou preferencial, totalizando o montante de R\$ 1.331.599 destinados respectivamente R\$ 593.712 para Capital Social e R\$ 737.887 para Reserva de Capital. O processo foi aprovado pelo BACEN em 29/08/2014.

Aquisição

a) Carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S.A.

Em 26/04/2013 o Banco PAN adquiriu, pelo valor de R\$ 351,0 milhões, os direitos creditórios sobre a carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S/A – em liquidação extrajudicial, originada por 237 convênios, dentre órgãos públicos das 3 esferas, quer da administração direta ou indireta, além de 7 convênios com empresas do setor privado, por meio de leilão público em lote único.

A referida carteira na época conta com aproximadamente 471 mil cartões emitidos, sendo 321 mil ativos. Com esta aquisição, a Companhia reforçou sua posição nos segmentos de cartões de crédito e crédito consignado.

A aquisição gerou um deságio de R\$ 27.424 e despesas com a aquisição de R\$ 17.550, que estão sendo apropriados ao resultado do Banco PAN, pelo prazo médio de liquidação da carteira adquirida.

2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS CONSOLIDADAS

As informações trimestrais consolidadas do Banco PAN estão sendo apresentadas em conjunto com as informações trimestrais do Banco e suas empresas controladas e entidades de propósito específico, representadas por fundos de investimentos em direitos creditórios FIDCs (“Consolidado”), e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo “BACEN”, Resoluções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do Conselho Nacional de Seguros Privados (“CNSP”), da Superintendência de Seguros Privados (“SUSEP”) e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), quando aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma o Banco, na elaboração das informações trimestrais, adotou, conforme aplicáveis, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

1. CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
2. CPC 03 (R2) – Demonstração do fluxo de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
3. CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
4. CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
5. CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
6. CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
7. CPC 23 – Políticas Contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; e
8. CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

As informações trimestrais consolidadas, referentes ao trimestre findo em 30/09/2014, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 03/11/2014.

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

	Participação total %		
	30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013
Controladas diretas:			
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	99,97	99,97	99,97
PAN Seguros S.A.	99,99	99,99	99,99
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	99,99	99,99	99,99
Panamericano Adm. e Corretagem de Seguros e de Prev. Privada Ltda	99,99	99,99	99,99
Ourinvest Real Estate Holding S.A.	100,00	100,00	100,00
Controladas indiretas:			
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	99,99	99,99	99,99
Brazilian Finance e Real Estate S.A.	100,00	100,00	100,00
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	99,99	99,99	99,99
BMSR II Participações S.A.	99,99	99,99	99,99
Brazilian Securities Companhia de Securitização	99,99	99,99	99,99
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	99,99	99,99	99,99
Entidades de Propósitos Específicos – EPEs:			
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CDC Veículos do Banco PAN (“Caixa CDC FIDC”) (a) (b)	-	-	100,00
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Master CDC Veículos do Banco PAN (“Caixa Master CDC FIDC”) (a) (b)	-	-	100,00

(a) O percentual está representado pelas cotas subordinadas detidas pelo Banco. Para fins de apresentação das informações trimestrais consolidadas, os FIDCs foram consolidados conforme disposto na Instrução CVM nº 408/04 e no Ofício-Circular CVM nº 001/07; e

(b) Fundos FIDCs encerrados em 20/01/2014, conforme instrumento particular de transferência de ativos e quitação de obrigações desta data.

Informações Trimestrais Consolidadas

Nas informações trimestrais consolidadas, foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, os resultados oriundos das transações entre o Banco e suas controladas diretas e indiretas e o resultado anteriormente originado das operações do Banco com os FIDCs. As participações de acionistas minoritários no Patrimônio Líquido e no resultado das controladas são apresentadas de forma destacada no balanço patrimonial e na demonstração do resultado consolidado.

No processo de consolidação dos FIDCs o saldo da carteira de recebíveis de direitos creditórios foi incorporado à carteira de operações de crédito do Banco, com o correspondente registro do financiamento na rubrica de “Outras obrigações – diversas”, líquido do saldo de aplicação em cotas de fundos de investimento, representado pelas cotas subordinadas antes mantidas pelo Banco nos FIDCs. O lucro não realizado oriundo das operações de cessões de crédito do Banco para os FIDCs foi eliminado integralmente como ajuste de rendas de operações de crédito.

Na rubrica “Rendas de operações de crédito”, na demonstração do resultado, foram registradas as rendas oriundas de direitos creditórios apropriados pelos FIDCs, e o custo do financiamento, na rubrica “Operações de captação no mercado”. A receita auferida pelo Banco referente à variação de suas cotas mantidas nos fundos, originalmente registrada na rubrica “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”, foi eliminada contra a rubrica “Operações de captação no mercado”, com o objetivo de anular seu efeito no custo de captação.

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas a valor presente no balanço patrimonial, e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas agrupadas na rubrica “Resultado de operações de arrendamento mercantil”.

Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDCs”) – Considerando que o controle sobre os recebíveis cedidos aos Fundos permanecia sob a responsabilidade do Banco (recebimento, repasse e cobrança) e que o mesmo atendia a outras condições para consolidação previstas na Instrução CVM nº 408/04 e no Ofício Circular CVM nº 001/07, a Administração do Banco consolidou as informações trimestrais dos FIDCs às informações trimestrais consolidadas.

I. Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelos FIDCs.

O objetivo dos FIDCs era a de adquirir, preponderantemente, direitos creditórios originários de operações financeiras de empréstimos, representadas por contratos de abertura de crédito para aquisição de veículos automotores (automóveis e motocicletas), do tipo Crédito Direto ao Consumidor – CDC, celebrados entre o Banco (cedente) e seus clientes.

Conforme estabelecido em seus regulamentos, os FIDCs buscavam, mas não garantiam, atingir determinada rentabilidade de percentual, conforme demonstrado abaixo:

Fundos	Rentabilidade
Caixa CDC FIDC	108% do CDI
Caixa Master CDC FIDC	112% do CDI

II. Participação no patrimônio e nos resultados dos FIDCs.

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356/01, com redação dada pela Instrução CVM nº 393/03, a relação mínima admitida entre o Patrimônio Líquido dos FIDCs e o valor das cotas seniores está demonstrada abaixo:

Fundos	%
Caixa CDC FIDC	130
Caixa Master CDC FIDC (a)	130

- a) Em Assembleia Geral Extraordinária de cotistas, realizada em 16/03/2009, foi incluído no regulamento do fundo a permissão para que as cotas subordinadas possam ser divididas em classes especiais. A partir do mês de julho de 2009, o Banco PAN passou a subscrever apenas parte das cotas subordinadas. Os Fundos foram encerrados em 20/01/2014, em 31/12/2013, o Banco possuía em cotas subordinadas o montante de R\$ 203.304 de um total em R\$ 203.304 (em 30/09/2013, estes valores estavam compostos, respectivamente, por R\$ 166.684 de um total em R\$ 166.684).

III. Natureza do envolvimento do Banco com os FIDCs e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento.

Não havia previsão de coobrigação do Banco nas cessões de direitos creditórios já realizados com os FIDCs, Caixa CDC e o Caixa Master CDC. O Banco subscrevia e devia manter, no mínimo, 30% do Patrimônio Líquido do FIDC em cotas subordinadas. Se houvesse o desenquadramento, o Banco, na qualidade de cotista subordinado, quando notificado, tinha a possibilidade e não a obrigação de subscrever novas cotas subordinadas para manter a relação de subordinação, da mesma forma que tinha a faculdade e não a obrigação de recomprar contratos inadimplentes, pois o risco do Banco se limitava às cotas subordinadas já subscritas.

IV. Montante e natureza dos créditos, obrigações, entre o Banco e os FIDCs, ativos transferidos pelo Banco e direitos de uso sobre ativos dos FIDCs.

Devido a manutenção de aplicação em cotas subordinadas nos FIDCs foi reconhecida até janeiro de 2014 uma receita de R\$ 222 (receita de R\$ 14.027 no período de 2013), registrada contabilmente na rubrica de “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”, na demonstração de resultado individual – e eliminada no processo de consolidação das informações trimestrais.

Em 30/09/2014, 30/06/2014 e 30/09/2013, os FIDCs apresentavam as seguintes situações patrimoniais:

	Caixa CDC FIDC (2)			Caixa Master CDC FIDC (2)			FIDC FBP Financeiro (3)		
	30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013
Ativo									
Disponibilidades	-	-	4	-	-	2	-	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	6.759	-	-	10.249	-	-	-
TVM	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Direitos creditórios	-	-	105.539	-	-	598.902	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(59.586)	-	-	(322.377)	-	-	-
Outros valores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo	-	-	52.716	-	-	286.776	-	-	-
Passivo									
Outras obrigações	-	-	33	-	-	144	-	-	-
Patrimônio líquido	-	-	52.683	-	-	286.632	-	-	-
- Cotas seniores	-	-	20.236	-	-	119.948	-	-	-
- Cotas subordinadas	-	-	32.447	-	-	166.684	-	-	-
- Cotas subordinadas – classe especial (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Passivo	-	-	52.716	-	-	286.776	-	-	-

(1) Cotas de terceiros;

(2) Fundo encerrado em 20/01/2014; e

(3) Fundo encerrado em 28/06/2013.

Reconciliação do Patrimônio Líquido e do Resultado Líquido das Informações Trimestrais Consolidadas.

	30/09/2014		30/06/2014		30/09/2013	
	Patrimônio Líquido	Resultado Líquido (1)	Patrimônio Líquido	Resultado Líquido (1)	Patrimônio Líquido (1)	Resultado Líquido (1)
Banco PAN individual	3.408.121	(221.834)	2.156.882	(152.180)	2.518.256	(45.867)
Lucro não realizado nas cessões	-	13.033	-	13.033	(15.606)	151.277
Registro do custo de comissão sobre créditos cedidos	-	(7.711)	-	(7.711)	9.892	(22.800)
Efeitos tributários	-	(2.129)	-	(2.129)	2.286	(51.391)
Banco PAN consolidado	3.408.121	(218.641)	2.156.882	(148.987)	2.514.828	31.219

(1) Fundos encerrados em 20/01/2014.

V. Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor dos FIDCs.

O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor dos FIDCs, entretanto, as cotas subordinadas absorviam integralmente os efeitos dos resultados negativos das carteiras dos fundos até o limite destas.

VI. Identificação do beneficiário principal ou grupo de beneficiários principais das atividades dos FIDCs.

Os FIDCs foram encerrados em 20/01/2014, em 31/12/2013, o Banco PAN e suas empresas controladas eram os detentores da totalidade das cotas subordinadas dos FIDCs, no montante de R\$ 237.208, sendo as demais cotas seniores e as subordinadas especiais pertencentes a investidores qualificados.

VII. Encerramentos dos FIDCs

Em Assembleia Geral de Cotista Extraordinária dos FIDCs (Caixa CDC FIDC e Caixa Master CDC FIDC), realizada em 21/10/2013 foi deliberado o encerramento dos mesmos. Dessa forma, em 20/01/2014, o Banco PAN adquiriu a totalidade das cotas dos FIDCs, sendo que o evento final de encerramento ocorreu no próprio mês de janeiro/2014.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As informações trimestrais consolidadas estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco PAN.

b) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira, são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

As receitas de prêmios de seguros e resseguros são contabilizadas por ocasião da emissão das apólices como prêmios emitidos e diferidas pelo prazo de vigência destas apólices ou faturas dos seguros por meio da constituição das provisões de prêmios não ganhos.

Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização de retrocessão e correspondente provisão de prêmios não ganhos são contabilizados com base nos informes recebidos do IRB - Brasil Resseguros S.A.

Os sinistros são refletidos nos resultados com base no registro oficial de sinistros pendentes, que busca refletir a sinistralidade estimada para os contratos com cobertura de risco em vigência relacionada às indenizações a incorrer com o processamento e a regulação dos sinistros.

Os custos de aquisição são considerados custos diretos na obtenção e processamento de novos contratos de seguro. Estes são diferidos e apropriados ao resultado mensalmente, em bases lineares, pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros de acordo com o prazo de vigência das apólices.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02, que prevêem a adoção dos seguintes critérios:

- Contratos futuros: o processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela BM&FBOVESPA. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa;
- *Swap*: são avaliados de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustados ao valor de mercado, sendo o diferencial a receber ou a pagar contabilizados em contas de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados ao resultado como receita ou despesa “*pro rata*” até a data do balanço. Para a apuração do valor de mercado, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base nas informações da BM&FBOVESPA; e
- Contratos a termo de moedas: são instrumentos financeiros derivativos de compra ou venda de moeda estrangeira, sem entrega física, negociados em mercado de balcão em uma data futura e a uma paridade anteriormente determinada. A liquidação financeira ocorre pela diferença entre a paridade inicial do contrato e a cotação de referência na data de vencimento. Para a precificação desses contratos foram utilizadas as curvas de juros futuros, obtidas com base nas informações da BM&FBOVESPA.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como “*hedge*” em contas de receita ou despesa, no resultado.
- Instrumentos financeiros derivativos considerados como “*hedge*” de risco de mercado, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de “*hedge*” têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em contas de receitas e despesas, no resultado.

f) Operações de crédito:

As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do Banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com coobrigação é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

g) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

A partir de 01/01/2012, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e

Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e

Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

h) Bens não de uso próprio:

São representados basicamente por bens reintegrados e recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

i) Despesas antecipadas:

São gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período da geração destes benefícios. Este grupo é representado basicamente, por comissões pagas a correspondentes bancários, gastos na emissão de títulos no exterior e despesas de comercialização de seguros.

j) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo:

São demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos, variações monetárias e cambiais incorridas, deduzidos das correspondentes provisões para ajuste a valor de realização, quando aplicável.

k) Investimentos:

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

l) Imobilizado:

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Estão representados basicamente por imóveis, instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e equipamentos de uso.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

m) Intangível:

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por ágios pagos por rentabilidade futura de investimento e gastos com aquisição e desenvolvimentos logísticos. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

n) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

o) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

p) Depósitos e captações no mercado aberto:

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

q) Práticas contábeis específicas do segmento de seguros:

Passivos por contratos de seguro (provisões técnicas de seguros)

- **Provisões de prêmios não ganhos - PPNG**

A provisão de prêmios não ganhos é calculada com base nos prêmios retidos, de acordo com a Resolução CNSP nº 281/13 e Circular SUSEP nº 462/13, pelo regime de competência diária, e representa a parcela do prêmio correspondente ao período do risco ainda não decorrido.

- **Provisões de prêmios não ganhos - Riscos Vigentes Não Emitidos – PPNG-RVNE**

A provisão de prêmios não ganhos – riscos vigentes mas não emitidos – é constituída de acordo com as normas e especificações estabelecidas na Resolução CNSP nº 281/13 e Circular SUSEP nº 462/13, segundo a metodologia disposta em Nota Técnica Atuarial e, para os ramos sem experiência, através dos percentuais estabelecidos pela Circular SUSEP Nº 485/14.

- **Provisão de sinistros a liquidar - PSL**

A provisão de sinistros a liquidar é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar, efetuada por ocasião do recebimento dos avisos de sinistros até a data do balanço, líquida dos ajustes de cosseguros e resseguro cedidos. A provisão de sinistros a liquidar para o ramo DPVAT é constituída mensalmente com base nos valores informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (“Seguradora Líder”).

- **Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR**

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é apurada com base na estimativa dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Seguradora. É determinada de acordo com as normas e especificações estabelecidas na Resolução CNSP nº 281/13 e Circular SUSEP nº 462/13, sendo constituída com base em metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial e, para os ramos sem experiência, através dos percentuais estabelecidos pela Circular SUSEP Nº 485/14. A provisão de *IBNR* para o ramo DPVAT é constituída mensalmente com base nos valores calculados e informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder.

- **Provisões de despesas relacionadas – PDR**

A provisão de despesas relacionadas visa cobrir os valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros, avisados ou não. É determinada de acordo com as normas e especificações

estabelecidas na Resolução CNSP nº 281/13 e Circular SUSEP nº 462/13, sendo constituída com base em metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial.

- **Teste de adequação de passivos – TAP**

A Circular SUSEP nº 457/12, que instituiu o Teste de Adequação de Passivos para fins de elaboração das informações trimestrais e definiu regras e procedimentos para a sua realização. A Seguradora deve avaliar, a cada data-base, se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se esta avaliação mostrar que o valor das provisões constituídas para os contratos de seguros vigentes, descontadas das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis está inadequado em relação aos fluxos de caixa futuros estimados, a deficiência deve ser reconhecida no resultado.

r) Práticas contábeis específicas do segmento de consórcio:

A taxa de administração é contabilizada quando do seu recebimento pelos grupos de consórcio. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das mesmas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundos de investimento nos quais os grupos ativos têm aplicações, e estão apresentadas no grupo “Outras obrigações – diversas” nas informações trimestrais consolidadas.

s) Passivos circulante e exigível a longo prazo:

As obrigações, os encargos e os riscos conhecidos ou calculáveis são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo BACEN, e as obrigações sujeitas a atualizações monetárias são demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço.

t) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas informações trimestrais, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos;
- Contingências Passivas – são reconhecidas nas informações trimestrais quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados ou divulgados; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas informações trimestrais.

u) Benefício Residual em Operações Securitizadas:

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

v) Lucro por ação:

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações em circulação, nas datas das informações trimestrais.

w) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das informações trimestrais exige que a administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões técnicas de seguro; (v) provisões para perdas em bens não de uso e provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (vi) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros; (vii) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

x) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das informações trimestrais e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em:

- i) eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das informações trimestrais; e
- ii) eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das informações trimestrais.

4) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

a) Balanço Patrimonial Consolidado:

Ativo	30/09/2014							Total
	Financeiro (1)	Seguros (2)	Consórcios (3)	Securitização (4)	Promotora de Vendas (5)	Outros (6)	Eliminações (7)	
Circulante	10.797.122	359.514	13.728	335.138	45.210	93.142	(170.233)	11.473.621
Realizável a longo prazo	13.179.701	46.642	26.714	264.932	183.518	53.073	(59.819)	13.694.761
Permanente	1.199.021	51.526	121	488	24.929	603.030	(1.587.645)	291.470
Total em 30/09/2014	25.175.844	457.682	40.563	600.558	253.657	749.245	(1.817.697)	25.459.852
Total em 30/06/2014	22.652.870	441.534	40.860	392.768	259.265	695.770	(1.803.491)	22.679.576
Total em 30/09/2013	21.259.835	455.318	47.919	547.752	263.045	885.801	(2.062.206)	21.397.464

Passivo	Financeiro (1)	Seguros (2)	Consórcios (3)	Securitização (4)	Promotora de Vendas (5)	Outros (6)	Eliminações (7)	Total
Circulante	13.965.678	215.959	10.143	389.748	45.862	429	(208.917)	14.418.902
Exigível a longo prazo	7.513.173	34.048	11.936	68.256	22.382	2.383	(21.150)	7.631.027
Resultado de exercícios futuros	1.780	-	-	-	-	-	-	1.780
Minoritários	-	-	-	-	-	-	22	22
Patrimônio líquido	3.695.214	207.675	18.484	142.554	185.413	746.433	(1.587.652)	3.408.121
Total em 30/09/2014	25.175.844	457.682	40.563	600.558	253.657	749.245	(1.817.697)	25.459.852
Total em 30/06/2014	22.652.870	441.534	40.860	392.768	259.265	695.770	(1.803.491)	22.679.576
Total em 30/09/2013	21.259.835	455.318	47.919	547.752	263.045	885.801	(2.062.206)	21.397.464

- (1) Representado pelas empresas Banco PAN S.A., Panamericano Arrendamento Mercantil S.A., Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDCs, Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária e BMSR II Participações;
- (2) Representado pelas empresas PAN Seguros e Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda;
- (3) Representado pela empresa Panamericano Administradora de Consórcio Ltda;
- (4) Representado pela empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;
- (5) Representado pelas empresas Panserv Prestadora de Serviços Ltda. e BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda;
- (6) Representados pelas empresas Ourinvest Real Estate Holding S.A. e Brazilian Finance Real Estate S.A.; e
- (7) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.

b) Demonstração do Resultado Consolidado:

Demonstração do Resultado	3º Trimestre de 2014							Total
	Financeiro (1)	Seguros (2)	Consórcios (3)	Securitização (4)	Promotora de Vendas (5)	Outros (6)	Eliminações (7)	
- Receitas da intermediação financeira	1.185.486	6.248	487	(2.006)	5.319	369	(14.510)	1.181.393
- Despesas da intermediação financeira	(865.371)	-	-	(3.593)	-	-	14.510	(854.454)
Resultado bruto da intermediação financeira	320.115	6.248	487	(5.599)	5.319	369	-	326.939
- Outras receitas/despesas operacionais	(438.511)	16.417	(787)	(1.930)	(10.245)	(3.196)	1.053	(437.199)
- Resultado de equivalência patrimonial	22.740	-	-	-	-	(24.610)	1.870	-
- Resultado não operacional	(14.663)	-	-	369	2	2	-	(14.290)
- Provisão para IR e CSLL	63.848	(11.168)	105	(547)	1.681	982	-	54.901
- Minoritário	(1)	-	-	-	-	-	-	(5)
(Prejuízo)/Lucro líquido do 3º Trimestre de 2014	(46.476)	11.497	(195)	(7.707)	(3.243)	(26.453)	2.923	(69.654)
(Prejuízo)/Lucro líquido do 2º Trimestre de 2014	(91.495)	16.354	(298)	14.657	(2.441)	(7.235)	103	(70.355)
(Prejuízo)/Lucro líquido em 30/09/2014	(218.495)	40.740	(499)	13.149	(2.443)	(35.940)	(15.153)	(218.641)
Lucro líquido/(Prejuízo) em 30/09/2013	17.474	31.831	2.376	28.542	1.392	20.844	(71.240)	31.219

- (1) Representado pelas empresas Banco PAN S.A., Panamericano Arrendamento Mercantil S.A., Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDCs, Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária e BMSR II Participações;
- (2) Representado pelas empresas PAN Seguros S.A. e Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda;
- (3) Representado pela empresa Panamericano Administradora de Consórcio Ltda;
- (4) Representado pela empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;
- (5) Representados pelas empresas Panserv Prestadora de Serviços Ltda. e BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda;
- (6) Representados pelas empresas Ourinvest Real Estate Holding S.A. e Brazilian Finance Real Estate S.A.; e
- (7) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013
Disponibilidades em moeda nacional	20.654	48.931	32.700
Disponibilidades em moeda estrangeira	3.891	4.879	21.195
Total de disponibilidades (caixa)	24.545	53.810	53.895
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	1.675.198	806.998	1.015.997
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.699.743	860.808	1.069.892

(1) Inclui as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos:

						Total		
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013
Aplicações no Mercado Aberto:								
Posição bancada								
• Letras Financeiras do Tesouro – LFT	1.100.199	-	-	-	-	1.100.199	-	132.362
• Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	-	-	-	-	428.000	-
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	286.344	-	66.169	-	-	352.513	199.515	381.147
• Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	1.386.543	-	66.169	-	-	1.452.712	627.515	513.509
Posição Financiada								
• Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	-	-	-	-	877.637
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	288.655	-	482.636	-	-	771.291	179.483	444.856
Subtotal	288.655	-	482.636	-	-	771.291	179.483	1.322.493
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	22.703	5.464	72.301	39.397	6.967	146.832	154.348	159.156
Total em 30/09/2014	1.697.901	5.464	621.106	39.397	6.967	2.370.835	-	-
Total em 30/06/2014	810.466	7.349	27.996	79.506	36.029	-	961.346	-
Total em 30/09/2013	1.052.883	636.047	248.542	35.733	21.952	-	-	1.995.158

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

São classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	3º Trimestre de 2014	2º Trimestre de 2014	Acumulado em 30/09/2014	Acumulado em 30/09/2013
Rendas de aplicações em operações compromissadas:				
- Posição bancada	20.318	1.687	25.816	12.273
- Posição financiada	9.112	3.969	22.340	32.863
- Posição vendida	-	-	-	53.191
Subtotal	29.430	5.656	48.156	98.327
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	3.840	3.768	11.472	13.954
Total (Nota 7d)	33.270	9.424	59.628	112.281

7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira:

A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 30/09/2014, 30/06/2014 e 30/09/2013, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013
Carteira própria:			
Certificado de Depósito Bancário – CDB	1.584	2.360	1.929
Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE	20.195	31.429	21.988
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	409.801	118.313	340.857
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	389.091	419.938	538.102
Notas do Tesouro Nacional – NTN	24.359	170.729	243.503
Cotas de Fundos de Investimento (1)	108.088	108.899	92.591
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	300	297	292
Subtotal	953.418	851.965	1.239.262
Vinculados a compromisso de recompra:			
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	471.406	275.350	90.828
Notas do Tesouro Nacional – NTN	287.885	257.821	184.556
Certificado de Depósito Bancário – CDB	19.464	20.149	19.996
Cotas de Fundos de Renda Fixa	21.071	13.342	10.829
Subtotal	799.826	566.662	306.209
Vinculados ao Banco Central :			
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	29.139	-	-
Subtotal	29.139	-	-
Vinculados à prestação de garantias :			
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	185.229	169.424	154.767
Notas do Tesouro Nacional – NTN	47.516	26.500	-
Subtotal	232.745	195.924	154.767
Outras aplicações	2	2	-
Subtotal	2	2	-
Total de títulos e valores mobiliários	2.015.130	1.614.553	1.700.238
Instrumentos financeiros derivativos:			
Diferenciais a receber de “swap”	292.019	141.008	200.739
Termo – NDF	-	-	250
Total de instrumentos financeiros derivativos	292.019	141.008	200.989
Total geral	2.307.149	1.755.561	1.901.227

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento estão assim compostas:

	30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013
Bem Fundo de Investimento Referenciado DI TPF(i)	546	537	516
DPVAT	49.105	49.595	40.941
Fundo de Investimento Caixa Arrojado – RF (ii)	24.165	23.517	21.879
Fundo BTG Pactual Absoluto – FIA (iii)	13.056	13.259	11.900
Fundo BTG Pactual Dividendos – FIA (iii)	11.244	11.609	10.892
Outros fundos	9.972	10.382	6.463
Total	108.088	108.899	92.591

- i. Fundo administrado pela BEM DTVM Ltda
- ii. Fundo administrado pela Caixa Econômica Federal; e
- iii. Fundo administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM.

b) Composição por categorias e prazos consolidado:

	30/09/2014							30/06/2014		30/09/2013		
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil (2) (4)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado	Valor contábil (4)	Ajuste de marcação a mercado	Valor contábil (4)	Ajuste de marcação a mercado
Títulos para negociação:												
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	-	-	-	-	-	14.914	(5)	-	-
- Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	4.541	15.478	-	1.029	21.048	21.048	-	22.509	-	21.924	-
- Cotas de fundo de investimento	121.957	-	-	-	-	121.957	121.957	-	115.104	-	96.441	-
Total de títulos para negociação	121.957	4.541	15.478	-	1.029	143.005	143.005	-	152.527	(5)	118.365	-
Títulos disponíveis para venda:												
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	638.457	-	11.871	424.537	1.074.865	1.074.937	(72)	849.798	(303)	783.697	(1.627)
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	380	(20)
- Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI (3)	-	28.126	56.610	57.684	267.381	409.801	449.108	(39.307)	118.313	(22.875)	340.858	17.930
- Cotas de fundo de investimento	6.656	-	-	-	-	6.656	6.656	-	6.600	-	6.464	-
- Outras	-	2	-	-	-	2	2	-	1	-	-	-
Total de títulos disponíveis para venda	6.656	666.585	56.610	69.555	691.918	1.491.324	1.530.703	(39.379)	974.712	(23.178)	1.131.399	16.283
Títulos mantidos até o vencimento: (1)												
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	127.453	89.059	135.932	7.316	359.760	359.760	-	455.050	-	427.678	-
- Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE	-	19.766	429	-	-	20.195	20.195	-	31.430	-	21.988	-
- Cotas de fundos de investimento	546	-	-	-	-	546	546	-	537	-	516	-
- Fundo do Desenvolvimento Social – FDS	300	-	-	-	-	300	300	-	297	-	292	-
Total de títulos mantidos até o vencimento	846	147.219	89.488	135.932	7.316	380.801	380.801	-	487.314	-	450.474	-
Total em 30/09/2014	129.459	818.345	161.576	205.487	700.263	2.015.130	2.054.509	(39.379)	-	-	-	-
Total em 30/06/2014	122.538	659.250	470.718	151.332	210.715	-	-	-	1.614.553	(23.183)	-	-
Total em 30/09/2013	153.828	346.502	854.296	160.684	184.928	-	-	-	-	-	1.700.238	16.283

- (1) Atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, o Banco PAN declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento;
- (2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”) e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”). No caso dos certificados de recebíveis imobiliários, o valor de mercado é apurado por meio de modelos internos, com a utilização de dados baseados em parâmetros de mercado observáveis;
- (3) Conforme Circular BACEN nº 3.068/01, a partir de julho/13 os Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI’s foram classificados para Títulos Disponíveis para Venda, conforme a política interna de Classificação dos Instrumentos Financeiros em Carteira *Trading* e Carteira *Banking*, uma vez que não há mercado para obtenção de ganhos a curto prazo; e
- (4) A coluna reflete o valor contábil após a marcação a mercado, de acordo com o item (2), exceto para as aplicações classificadas em “Títulos mantidos até o vencimento”, cujo valor de mercado é inferior ao valor de custo atualizado, no montante de R\$ 7.362 (31/12/2013 – superior em R\$ 22.516).

c) Instrumentos financeiros derivativos:

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos prioritariamente como *hedge* para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela BM&FBOVESPA. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Para a apuração do valor de mercado dos contratos de “*swap*”, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA.

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela BM&FBOVESPA. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, Termo de moeda e *Swap*) são custodiadas na BM&FBOVESPA ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP S.A.). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de “instrumentos financeiros derivativos” em contrapartida às respectivas contas de “resultado com instrumentos financeiros derivativos” e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

O contrato a termo de moeda estrangeira sem entrega física (ou *Non Deliverable Forward – NDF*) é negociado em mercado de balcão. É uma operação de compra ou venda de moeda estrangeira, em uma data futura e a uma paridade predeterminada. A liquidação financeira ocorre pela diferença entre a paridade inicial do contrato e a cotação de referência na data de vencimento. Para a precificação dos NDFs foram utilizadas as curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA.

Em 30/09/2014, 30/06/2014 e 30/09/2013, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

Valor Contábil / Mercado	30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013
Instrumento:			
Swaps			
- Diferencial a receber	292.019	141.008	200.739
- Diferencial a pagar	(13.690)	(62.839)	(26.687)
Termo de moeda			
- Posição vendida	-	-	-
- Posição comprada	-	-	250
Contratos futuros			
- Posição ativa	3.011	1.866	10.187
- Posição passiva	(4.120)	(3.315)	(2.005)
Total líquido	277.220	76.720	182.484

A seguir, demonstra-se os valores registrados em conta de ativo, passivo e compensação, segregados nas categorias indexador, faixas de vencimento, valores de referência e contábil, a receber e a pagar. Todas as posições detidas em “swap” são negociadas em balcão e os contratos futuros, na BM&FBOVESPA.

Instrumento/ Posição:	30/09/2014							30/06/2014			30/09/2013		
	Valor Referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor contábil	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado	Valor contábil	Ajuste de marcação a mercado	Valor contábil	Ajuste de marcação a mercado
Swap													
Posição ativa:	1.651.488	9.810	11.964	935	52.440	216.870	292.019	275.109	16.910	141.008	13.620	200.739	(12.211)
- Dólar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	137.882	14.317	188.234	(10.882)
- CDI	36.166	-	234	-	101	-	335	243	92	2.109	(85)	823	737
- CDI	34.945	-	-	-	-	25	25	(35)	60	-	-	-	-
- CDI	110.505	-	-	-	-	-	-	-	-	1.017	(612)	-	-
- Libor	87.334	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Dólar	1.382.538	9.810	11.730	935	52.339	216.845	291.659	274.901	16.758	-	-	11.682	(2.066)
Posição passiva:	1.651.488	(26)	(36)	(343)	(11.337)	(1.948)	(13.690)	(27.770)	14.080	(62.839)	6.420	(26.687)	(32.347)
- CDI	1.382.538	-	-	(127)	(2.780)	-	(2.907)	(3.033)	126	(60.642)	7.196	(20.061)	(34.706)
- Dólar	36.166	(18)	-	(167)	(409)	(1.939)	(2.533)	(16.311)	13.778	(1.632)	(447)	(6.243)	2.421
- Libor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(142)	-
- IGPM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(241)	(62)
- Pré	34.945	(8)	(36)	(49)	(68)	(9)	(170)	(177)	7	(344)	(140)	-	-
- Libor	110.505	-	-	-	(7.816)	-	(7.816)	(8.142)	326	-	-	-	-
- Dólar	87.334	-	-	-	(264)	-	(264)	(107)	(157)	221	(189)	-	-
Posição Comprada												250	121
Pré	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	250	121
Contratos Futuros													
Posição ativa:	1.744.581	3.011	-	-	-	-	3.011	3.011	-	1.866	-	10.187	-
- DDI	807.373	2.717	-	-	-	-	2.717	2.717	-	489	-	9.139	-
- Dólar	151.017	293	-	-	-	-	293	293	-	-	-	879	-
- DI1	786.191	1	-	-	-	-	1	1	-	1.377	-	169	-
Posição passiva:	1.744.581	(4.120)	-	-	-	-	(4.120)	(4.120)	-	(3.315)	-	(2.005)	-
- DDI	807.373	(119)	-	-	-	-	(119)	(119)	-	(3.090)	-	(1.321)	-
- Dólar	151.017	(20)	-	-	-	-	(20)	(20)	-	(210)	-	(580)	-
- DI1	786.191	(3.981)	-	-	-	-	(3.981)	(3.981)	-	(15)	-	(104)	-
Total a receber líquido em 30/09/2014		8.675	11.928	592	41.103	214.922	277.220	246.230	30.990	-	-	-	-
Total a receber líquido em 30/06/2014		(2.876)	(1.513)	11.689	7.658	61.762	-	-	-	76.720	20.040	-	-
Total a receber líquido em 30/09/2013		17.033	143	(258)	8.130	153.221	-	-	-	-	-	182.484	(44.437)

Hedge Contábil: Basicamente, esses instrumentos financeiros foram realizados como proteção das operações passivas de Euro Medium-Term Notes e Dívidas Subordinadas no exterior, indexadas ao dólar (objetos de hedge), classificados como “hedge” de risco de mercado. A efetividade apurada para a carteira de hedge, esta em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3082/02.

O resultado apurado com instrumentos financeiros derivativos está assim composto:

	3º Trimestre de 2014			2º Trimestre de 2014			Acumulado em 30 de setembro de 2014			Acumulado em 30 de setembro de 2013		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Swap	370.116	(206.674)	163.442	(13.582)	(43.003)	(56.585)	570.342	(543.216)	27.126	552.871	(552.803)	68
Contratos futuros	204.116	(252.491)	(48.375)	401.559	(377.782)	23.777	605.969	(630.273)	(24.304)	404.575	(454.072)	(49.497)
Termo de moeda	-	-	-	(244.307)	206.337	(37.970)	400	(22)	378	9.961	(32.875)	(22.914)
Total	574.232	(459.165)	115.067	143.670	(214.448)	(70.778)	1.176.711	(1.173.511)	3.200	967.407	(1.039.750)	(72.343)

d) Resultado com títulos e valores mobiliários:

	3º Trimestre de 2014	2º Trimestre de 2014	Acumulado em 30 de setembro de 2014	Acumulado em 30 de setembro de 2013
Títulos de renda fixa	42.680	41.186	123.434	156.713
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6b)	33.270	9.424	59.628	112.281
Total	75.950	50.610	183.062	268.993

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações sobre a carteira de operações de crédito, que incluem as operações de arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de operações de crédito, em 30/09/2014, 30/06/2014 e 30/09/2013, estão assim apresentadas:

a) Composição da carteira por tipo de operação:

	30/09/2014		30/06/2014		30/09/2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Crédito direto ao consumidor	7.537.032	46,00	7.922.687	50,03	7.809.475	54,82
Operações de arrendamento mercantil (1)	58.615	0,36	80.788	0,51	171.447	1,20
Empréstimo em consignação	2.671.652	16,31	2.268.776	14,33	1.471.091	10,33
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	202.005	1,23	197.209	1,25	206.443	1,45
Financiamentos habitacionais	826.648	5,05	866.599	5,47	968.411	6,80
Empréstimos com garantia imobiliária	469.484	2,87	409.590	2,59	270.785	1,90
Financiamento a titulares de cartões de crédito (2)	587.405	3,59	600.941	3,79	599.658	4,21
Capital de giro	1.653.855	10,09	1.705.022	10,77	1.187.434	8,33
Direitos creditórios adquiridos	3.671	0,02	11.475	0,07	29.099	0,21
Renegociações	49.748	0,30	47.177	0,30	31.320	0,21
Conta garantida	39	-	49	-	542	-
Crédito pessoal	74.379	0,45	78.263	0,49	82.204	0,58
Títulos descontados	1	-	6	-	749	0,01
Cheque especial	277	-	277	-	288	-
Financiamentos à exportação	665.380	4,06	642.881	4,06	508.404	3,57
Créditos vinculados à cessão (3)	496.419	3,03	-	-	-	-
Outros	548	-	551	-	11.993	0,08
Total das operações de crédito e arrendamento mercantil	15.297.158	93,36	14.832.291	93,66	13.349.343	93,47
Outros créditos (4)	629.374	3,84	607.318	3,83	539.821	3,79
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber (5)	458.184	2,80	397.047	2,51	356.390	2,51
Total	16.384.716	100,00	15.836.656	100,00	14.245.554	100,00

(1) Registrado a valor presente;

(2) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard;

(3) Operações de créditos consignados cedidas com retenção substancial de risco e benefícios do ativo financeiro objeto da operação;

(4) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito, títulos e créditos a receber com características de concessão de crédito; e

(5) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redutor da rubrica "Outras Obrigações" (Nota 9).

b) Composição da carteira por *rating* e prazo de vencimento:

	Vencidos	A vencer						Total		
	Há mais de 14 dias	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013
AA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	512.961
A	5.167	1.031.282	358.128	358.236	957.498	1.744.913	6.908.474	11.363.698	10.690.202	8.942.908
B	45.622	106.173	79.977	159.298	397.120	630.667	946.472	2.365.329	2.344.155	1.927.881
C	61.593	74.162	55.361	77.915	152.372	378.022	341.116	1.140.541	1.239.412	948.358
D	55.964	31.775	42.936	14.898	32.994	70.237	217.481	466.285	498.588	386.206
E	43.086	7.957	4.095	6.099	26.423	28.426	98.029	214.115	203.366	202.149
F	62.986	6.393	7.626	7.154	10.875	19.497	57.939	172.470	169.607	152.307
G	52.943	4.888	3.878	2.640	13.564	15.940	42.773	136.626	153.754	150.675
H	238.429	22.370	10.780	10.930	31.589	57.818	153.736	525.652	537.572	1.022.109
Total em 30/09/2014	565.790	1.285.000	562.781	637.170	1.622.435	2.945.520	8.766.020	16.384.716	-	-
Total em 30/06/2014	737.310	1.330.328	529.942	559.444	1.554.067	2.745.219	8.380.346	-	15.836.656	-
Total em 30/09/2013	1.030.965	1.204.893	433.146	573.547	1.305.283	2.302.522	7.395.198	-	-	14.245.554

c) Composição da carteira de crédito por nível de risco e provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Nível	Provisão Requerida %	30/09/2014				30/06/2014		30/09/2013	
		A vencer	Vencidos (1)	Total	Provisão	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	-	-	-	-	-	-	-	512.961	-
A	0,50	11.358.531	5.167	11.363.698	56.818	10.690.202	53.451	8.942.908	44.738
B	1,00	2.319.707	45.622	2.365.329	23.653	2.344.155	23.442	1.927.881	19.579
C	3,00	1.078.948	61.593	1.140.541	34.216	1.239.412	37.182	948.358	28.950
D	10,00	410.321	55.964	466.285	46.629	498.588	49.859	386.206	39.471
E	30,00	171.029	43.086	214.115	64.234	203.366	61.010	202.149	61.644
F	50,00	109.484	62.986	172.470	86.235	169.607	84.804	152.307	77.604
G	70,00	83.683	52.943	136.626	95.639	153.754	107.628	150.675	105.476
H	100,00	287.222	238.430	525.652	525.651	537.572	537.572	1.022.109	1.022.109
Total em 30/09/2014		15.818.925	565.791	16.384.716	933.075	-	-	-	-
Total em 30/06/2014		-	-	-	-	15.836.656	954.947	-	-
Total em 30/09/2013		-	-	-	-	-	-	14.245.554	1.399.571
% sobre total de risco					5,69%		6,03%		9,83%

(1) inclui parcelas vencidas há mais de 14 dias.

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	3º Trimestre de 2014				
	Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil (1)	PDD adicional (2)	Cessões de Crédito (3)	Outros créditos	Total
Saldo do início do trimestre	954.946	69	52.909	12.846	1.020.770
- Constituição/reversão de provisão	250.123	(1)	(24.124)	3.586	229.584
- Baixas contra a provisão	(271.994)	-	-	-	(271.994)
Saldo do fim do trimestre	933.075	68	28.785	16.432	978.360
- Créditos recuperados (4) (5)	69.151	-	-	-	69.151
- Efeito no resultado (6)	(180.972)	1	24.124	(3.586)	(160.433)

	2º Trimestre de 2014				
	Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil (1)	PDD adicional (2)	Cessões de Crédito (3)	Outros créditos	Total
Saldo do início do trimestre	952.839	69	101.169	15.433	1.069.510
- Constituição/reversão de provisão	302.361	-	(48.260)	(2.587)	251.514
- Baixas contra a provisão	(300.254)	-	-	-	(300.254)
Saldo do fim do trimestre	954.946	69	52.909	12.846	1.020.770
- Créditos recuperados (4) (5)	70.200	-	-	-	70.200
- Efeito no resultado (6)	(232.161)	-	48.260	2.587	(181.314)

	Acumulado em 30 de setembro de 2014				
	Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil (1)	PDD adicional (2)	Cessões de Crédito (3)	Outros créditos	Total
Saldo do início do período	1.348.481	70	132.982	14.983	1.496.516
- Constituição/reversão de provisão	819.887	(2)	(104.197)	1.449	717.137
- Baixas contra a provisão (8)	(1.235.293)	-	-	-	(1.235.293)
Saldo do fim do período	933.075	68	28.785	16.432	978.360
- Créditos recuperados (4) (5)	204.544	-	-	-	204.544
- Efeito no resultado (6)	(615.343)	2	104.197	(1.449)	(512.593)

	Acumulado em 30 de setembro de 2013				
	Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil (1)	PDD adicional (2)	Cessões de Crédito (3)	Outros créditos	Total
Saldo do início do período	1.511.364	431	217.137	15.933	1.744.865
- Constituição/reversão de provisão	810.681	(360)	(55.593)	4.024	758.750
- Baixas contra a provisão (7)	(922.474)	-	-	-	(922.474)
Saldo do fim do período	1.399.571	71	161.544	19.957	1.581.143
- Créditos recuperados (4) (5)	162.658	-	-	-	162.658
- Efeito no resultado (6)	(648.021)	360	55.593	(4.025)	(596.093)

- (1) Inclui outros créditos com características de operações de crédito e operações de câmbio;
- (2) Constituída para fazer frente a riscos adicionais da carteira de crédito, de acordo com a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de crédito;
- (3) Refere-se a provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de cessão de crédito com coobrigação (Nota 8g), classificada em Outras Obrigações - diversas;
- (4) No período findo em 30/09/2014, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 204.544 (sendo R\$ 183.785 de recuperação de crédito do Banco PAN, R\$ 13.512 de recuperação de operação de arrendamento mercantil e R\$ 7.247 de recuperação de créditos imobiliários). No Consolidado, a carteira de créditos renegociados totaliza R\$ 49.748 (R\$ 47.177 em 30/06/2014 e R\$ 31.320 em 30/09/2013);

(5) Contabilizado em Rendas de operações de crédito;

(6) Despesa de provisão constituída menos receita de créditos recuperado;

(7) Em 28/06/2013, foi encerrado o FIDC FBP – Financeiro (Nota 2), sendo que a carteira de operações de crédito do mesmo foi incorporada à carteira própria do Banco PAN. Os FIDC's não utilizam a política contábil de baixa de operações de crédito para prejuízo, conforme a Resolução nº 2.682/99 do BACEN. Dessa forma, o Banco analisou a carteira recebida do FIDC FBP e realizou uma baixa contra provisão no montante de R\$ 153.305 mil; e

(8) Em 20/01/2014, foram encerrados os fundos de direitos creditórios FIDC's Caixa CDC e Caixa Master CDC (Nota 2), sendo que a carteira de Operações de Crédito do mesmo foi incorporada à carteira própria do Banco PAN. Os FIDC's não utilizam a política contábil de baixa de operações de crédito para prejuízo, conforme a Resolução CMN nº 2.682/99. Dessa forma, o Banco PAN analisou a carteira recebida dos FIDC's encerrados e foi realizada uma baixa contra provisão no montante de R\$ 344.378 (Caixa CDC R\$ 55.962 e Caixa Master R\$ 288.416).

e) Classificação por setor de atividade:

Setor de atividade	30/09/2014		30/06/2014		30/09/2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	12.426.448	75,84	11.842.691	74,78	10.936.624	76,77
Agroindústria	672.711	4,11	557.403	3,52	327.599	2,30
Açúcar e Etanol	206.599	1,26	163.761	1,03	104.994	0,74
Agronegócio e Proteína Animal	466.112	2,85	393.642	2,49	222.605	1,56
Comércio	805.797	4,92	896.452	5,66	985.878	6,92
Atacado e Varejo	805.797	4,92	896.452	5,66	985.878	6,92
Indústrias de Base	398.027	2,43	420.027	2,65	316.329	2,22
Autopeças	118	-	136	-	166	-
Indústria Química	38.888	0,23	54.799	0,35	26.975	0,19
Óleo e Gás	20	-	20	-	21	-
Outras Indústrias	284.469	1,74	304.596	1,92	243.652	1,71
Papel e Celulose	68.079	0,42	54.069	0,34	37.298	0,26
Têxtil	6.453	0,04	6.407	0,04	8.217	0,06
Serviços	2.081.733	12,70	2.120.083	13,39	1.679.124	11,79
Construção e Incorporação	1.353.435	8,25	1.386.747	8,76	1.207.138	8,47
Financeiros	16.899	0,11	24.674	0,16	53.058	0,37
Locação de Veículos	27.954	0,17	22.828	0,14	14.305	0,10
Mídia, TI e Telecom	31.608	0,19	44.280	0,28	16.884	0,12
Outros Serviços	504.736	3,08	493.410	3,12	264.079	1,85
Saúde, Segurança e Educação	14.502	0,09	17.868	0,11	3.632	0,03
Transporte e Logística	110.999	0,68	106.611	0,67	82.219	0,58
Utilitários	21.600	0,13	23.665	0,15	37.809	0,27
Total	16.384.716	100,00	15.836.656	100,00	14.245.554	100,00

f) Concentração das operações de crédito:

Maiores Devedores	30/09/2014		30/06/2014		30/09/2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	427.051	2,61	401.267	2,53	319.130	2,24
50 seguintes maiores devedores	1.144.851	6,99	1.100.043	6,95	862.629	6,06
100 seguintes maiores devedores	1.191.089	7,27	1.149.525	7,26	943.772	6,63
Demais devedores	13.621.725	83,13	13.185.821	83,26	12.120.023	85,07
Total	16.384.716	100,00	15.836.656	100,00	14.245.554	100,00

g) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

I. Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:

No período findo em 30/09/2014, foram realizadas cessões de créditos com instituição financeira, conforme demonstrado a seguir:

	30/09/2014		Resultado (1)			
	Valor da cessão	Valor presente	3º Trimestre de 2014	2º Trimestre de 2014	Acumulado em 30 de setembro de 2014	Acumulado em 30 de setembro de 2013
Sem coobrigação						
Crédito direto ao consumidor	2.771.452	2.575.979	88.463	70.775	195.473	205.279
Empréstimo em consignação	1.447.373	1.178.122	26.591	150.153	269.251	482.754
Financiamentos habitacionais	144.656	136.286	1.667	1.065	8.370	27.033
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	12.959	12.107	57	71	852	1.809
Empréstimos com garantia imobiliária	278.893	244.554	-	8.798	34.339	109.253
Total	4.655.333	4.147.048	116.778	230.862	508.285	826.128

(1) Contabilizado em "Rendas de operações de crédito".

II. Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:

Cessão após à Resolução CMN nº 3.533/08

As responsabilidades por créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios montam a R\$ 496.419, no Banco PAN e consolidado, apurado pelo valor presente por meio das taxas dos contratos. Para tais créditos foram assumidas obrigações no montante de R\$ 591.517.

Cessão anterior à Resolução CMN nº 3.533/08

As responsabilidades por créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios montam a R\$ 156.686 (R\$ 498.748 em 31/12/2013), no Banco PAN e consolidado, apurado pelo valor presente por meio das taxas dos contratos.

O valor presente apurado pelas taxas de cessão de crédito monta a R\$ 163.530 (R\$ 540.424 em 31/12/2013), no Banco PAN e consolidado, para as quais foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 28.785 (R\$ 132.902 em 31/12/2013), no Banco PAN e consolidado, calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações não cedidas e registrada na rubrica "Outras obrigações diversas" (Nota 22b).

h) Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil:

	3º Trimestre de 2014	2º Trimestre de 2014	Acumulado em 30 de setembro de 2014	Acumulado em 30 de setembro de 2013
Lucros nas cessões de crédito (nota 8g)	116.778	230.862	508.285	826.128
Cartão de crédito	89.561	88.448	262.921	240.237
Crédito direto ao consumidor	413.165	411.639	1.240.438	1.119.109
Empréstimos em consignação	149.210	134.904	390.944	258.552
Crédito pessoal	8.268	8.828	26.493	32.906
Recuperação de créditos baixados como prejuízos (1)	69.151	70.200	204.544	162.658
Direitos creditórios	494	736	2.300	6.700
Renegociações	1.152	1.124	3.310	2.321
Financiamento à exportação	79.407	56.912	192.749	134.767
Habitacionais	30.259	53.287	117.747	86.054
Rendas de empreendimentos imobiliários	3.542	6.274	13.866	16.096
Rendas de empréstimos com garantia imobiliária	8.618	15.265	33.736	39.924
Capital de giro	71.782	58.452	184.200	116.341
Arrendamento mercantil, líquido de despesas (2)	3.259	4.285	13.573	36.107
Outras	1.561	1.452	4.059	3.677
Total	1.046.207	1.142.668	3.199.165	3.081.577

(1) Consideram-se operações de crédito e arrendamento mercantil; e

(2) Não inclui recuperação de créditos baixados para prejuízo

9) CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Saldos patrimoniais:

	30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013
Ativo – Outros Créditos			
Câmbio comprado a liquidar	478.708	373.917	366.808
Rendas a receber	17.354	13.978	15.660
Total do Ativo	496.062	387.895	382.468
Passivo - Outras Obrigações			
Câmbio vendido a liquidar	-	-	5.575
Obrigações por compra de câmbio	443.077	383.069	340.730
Adiantamento sobre contratos de câmbio	(440.830)	(383.069)	(340.730)
Total do Passivo	2.247	-	5.575

b) Resultado de operação de câmbio:

	3º Trimestre de 2014	2º Trimestre de 2014	Acumulado em 30 de setembro de 2014	Acumulado em 30 de setembro de 2013
Rendas de Financiamento à Exportação	88.850	128.386	225.710	25.604
Varição Cambial	(32.814)	(126.463)	(168.215)	61.660
Outros	-	(519)	-	3.730
Total	56.036	1.404	57.495	90.994

10) RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

Compreendem as carteiras de financiamentos imobiliários adquiridas pela Brazilian Securities, que serão utilizadas como lastro para futuras emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

	Vencimento final	Indexador	Juros % a.a.	30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013
Tranches 95 e 96 (1)	08/09/2027	TR	8,65	8.367	8.681	10.892
Cédula de Crédito Imobiliário	25/04/2043	IGPM / INCC/ TR e SEM CORREÇÃO MONETÁRIA	0,00% a 17,0949%	-	-	80.446
Cédula de Crédito Imobiliário	30/12/2043	INCC/IGPM /TR e sem correção monetária	0 até 18,33	163.140	161.855	-
Total				171.507	170.536	91.338

(1) As referidas tranches foram securitizadas.

Qualidade do Crédito:

Os contratos dos recebíveis imobiliários têm cláusula de alienação fiduciária do imóvel objeto. A Administração da Companhia entende que essa garantia é suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes da inadimplência dos mutuários, não sendo, portanto, necessária a constituição de qualquer provisão complementar.

Os recebíveis imobiliários são considerados ativos de boa capacidade de pagamento, uma vez que são adquiridos apenas se apresentarem características, garantias e históricos de pagamento que demonstrem sua alta probabilidade de realização, para que sejam passíveis de securitização.

11) BENEFÍCIO RESIDUAL EM OPERAÇÕES SECURITIZADAS

a) Resumo dos saldos contábeis sob regime fiduciário:

	30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013
Disponibilidades	32.191	31.714	27.410
Aplicações Financeiras	157.046	130.342	160.408
Recebíveis Imobiliários (1)	9.849.130	9.807.532	9.428.103
Outros Ativos	24.048	18.837	14.101
Total do Ativo	10.062.415	9.988.425	9.630.022
Certificados de Recebíveis Imobiliários (2)	9.917.954	9.887.161	9.527.492
Outros Passivos	132.451	89.152	89.067
Total do Passivo	10.050.405	9.976.313	9.616.559
Benefício Residual em Operações Securitizadas (3)	12.010	12.112	13.462

- (1) Os recebíveis imobiliários são atualizados pelo IGPM, IPCA, TR, Poupança e CDI ou não possuem indexador de atualização, adicionados de taxas de juros que variam de 0,00 % a.a. a 17,17% a.a. (31/12/2013 – 0,00% a.a. a 19,80% a.a.) e também são atualizados por 100% do CDI a 121,48% do CDI, adicionados a taxas de juros que variam de 0,00% a.a. a 2,00% a.a., e com vencimento até 26/07/2043;
- (2) Os certificados de recebíveis imobiliários são atualizados pelo IGPM, IPCA, TR, Poupança e CDI ou não possuem indexador de atualização, adicionados de taxas de juros que variam de 0,00% a.a. a 77,50% a.a. (31/12/2013 – 3,07% a.a. a 77,50% a.a.) e, também são atualizados por 100% do CDI a 121,48% do CDI, adicionados a taxas de juros que variam de 0,00% a.a. a 2,50% a.a. e com vencimento até 20/02/2043; e
- (3) Benefício residual em operações securitizadas corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

b) Até 30/09/2014, a Controlada Brazilian Securities adquiriu o montante de R\$ 662.370 (30/06/2014 – R\$ 125.976 e 30/09/2013 – R\$ 1.793.999) de recebíveis imobiliários. Adicionalmente, foram realizadas operações de retrocessões no montante de R\$ 1.235 (30/06/2014 – R\$ 485 e 30/09/2013 – R\$ 10.167).

c) Em 30/09/2014, o total de parcelas em atraso há mais de 90 dias dos recebíveis imobiliários vinculados as séries emitidas é de R\$ 28.834, que corresponde a 2,36% do total dos recebíveis imobiliários vinculados as séries.

12) OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS (1)

	30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013
Créditos tributários (Nota 34b)	2.981.372	2.923.989	2.878.189
Títulos e créditos a receber (2)	629.374	607.318	539.821
Imposto de renda a compensar	386.977	366.597	367.458
Valores a receber por cessão de créditos	356.188	317.240	147.673
Depósitos judiciais e fiscais	189.195	167.949	130.447
Valores a receber de sociedades ligadas	31.486	14.484	11.469
Valores a receber de empréstimos consignados (3)	16.559	33.591	22.496
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	11.675	5.059	-
Cartões de crédito (4)	-	288	1.941
Adiantamentos e antecipações salariais	454	1.267	-
Outros	106.330	103.055	60.649
Total	4.709.610	4.540.837	4.160.143

- (1) Inclui títulos e créditos a receber;
- (2) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito e títulos de crédito a receber com característica de concessão de crédito;
- (3) Refere-se basicamente a valores recebidos e ainda não repassados ao Banco por Governos Estaduais e Municipais, cujos repasses vêm sendo negociados pelo Banco PAN, que constitui provisão integral para perdas e para os repasses em atraso há mais de 180 dias, cujo saldo em 30/09/2014 é R\$ 15.553 (R\$ 11.901 em 30/06/2014 e R\$ 18.671 em 30/09/2013); e
- (4) Refere-se às operações com cartões de crédito cujas faturas ainda não foram emitidas, ou que foram emitidas, mas ainda não venceram.

13) OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso próprio/outros:

	Custo	Provisão para perdas	Valor Residual		
			30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013
Veículos	28.786	(8.236)	20.550	15.605	19.195
Veículos em regime especial	32.219	(29.081)	3.138	4.370	5.269
Imóveis	71.735	(25)	71.710	68.352	52.053
Total dos bens não de uso próprio	132.740	(37.342)	95.398	88.327	76.517
Outros bens	357	-	357	440	408
Total em 30/09/2014	133.097	(37.342)	95.755	-	-
Total em 30/06/2014	129.578	(40.811)	-	88.767	-
Total em 30/09/2013	174.059	(97.134)	-	-	76.925

b) Despesas antecipadas:

	30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013
Comissões pagas a correspondentes bancários	500.191	432.637	370.486
Gastos na emissão de títulos no exterior	5.393	9.749	26.073
Despesas de comercialização da Seguradora	23.790	23.888	16.294
Outras	3.137	2.167	2.004
Total	532.511	468.441	414.857

14) INVESTIMENTOS

a) Controladas:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)			Participação consolidada no capital social	Lucro Líquido/(Prejuízo) Ajustado 30/09/2014	Saldo dos Investimentos			Ajuste decorrente de avaliação (2) Trimestre findo em		
			ON	PN	Cotas			30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013	3º Trimestre de 2014	2º Trimestre de 2014	3º Trimestre de 2013
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. (1) (3)	141.521	73.710	11	-	-	99,970%	9.714	73.688	56.245	66.439	17.443	(4.462)	1.602
PAN Seguros S.A. (1) (3) (4)	71.256	161.258	339.207	106	-	99,999%	35.064	161.256	151.456	167.180	9.804	14.386	12.232
Panserv Prestadora de Serviços Ltda. (1) (3) (5)	5.061	7.029	-	-	5.061	99,999%	(5.439)	7.029	10.370	32.909	(3.341)	(2.672)	(1.941)
Panamericano Adm. e Corretora de Seguros e Previdência Privada Ltda. (1) (3)	306	11.417	-	-	306	99,999%	5.675	11.417	9.726	4.524	1.691	1.969	(211)
Ourinvest Real Estate Holding S.A. (1) (3) (6) (7)	867.543	752.022	151.656	31.431	-	100,000%	(35.943)	843.244	883.463	932.943	(26.461)	(7.231)	6.312
Total								1.096.634	1.111.260	1.203.995	(864)	1.990	(12.146)

- Dados relativos a 30/09/2014;
- Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados pelas sociedades, a partir de aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;
- Empresas que tiveram suas informações financeiras do período findo em 30/09/2014 revisadas pelos mesmos auditores independentes do Banco PAN;
- Em 10/02/2014, foi deliberado por AGE o pagamento de dividendos no montante de R\$ 55.000;
- Em 31/01/2014, foi deliberado por reunião dos sócios, pagamento de dividendos no montante de R\$ 17.000;
- O valor contábil inclui ágio na aquisição do investimento no montante de R\$ 91.218, líquido da amortização acumulada (Nota 16a);
- Em 15/04/2013 foi aprovada a redução de capital social da Ourinvest Real Estate Holding S.A no montante de R\$ 85.000; e
- Em 17/09/2013 foi aprovado o aumento de capital social da Ourinvest Real Estate Holding S.A no montante de R\$ 55.000.

b) Outros Investimentos:

	30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013
Câmara Interbancária de Pagamentos	379	380	380
Stone Pagamentos S.A.	416	416	-
IRB Brasil Resseguros S.A.	304	304	304
Incentivos Fiscais	69	69	80
Obras de Arte	24	23	23
Outros	1	1	1
Total	1.193	1.193	788

15) IMOBILIZADO**a) Ativos imobilizados:**

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual		
				30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013
Imóveis de uso	4%	2.530	(394)	2.136	2.157	2.218
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	61.462	(15.169)	46.293	47.792	47.747
Sistemas de segurança e comunicações	10%	2.838	(1.176)	1.662	1.720	1.998
Sistemas de processamento de dados	20%	19.587	(7.793)	11.794	11.684	13.104
Sistemas de transportes	20%	345	(228)	117	126	174
Outras imobilizações	-	174	-	174	173	126
Total em 30/09/2014		86.936	(24.760)	62.176	-	-
Total em 30/06/2014		111.148	(47.496)	-	63.652	-
Total em 30/09/2013		109.955	(44.588)	-	-	65.367

b) Movimentação dos ativos imobilizados:

	30/09/2014
Saldo em 31/12/2013	65.431
Aquisições	7.222
Baixas	(17)
Depreciação	(10.460)
Saldo em 30/09/2014	62.176

16) INTANGÍVEL**a) Ágio:**

O ágio na aquisição de investimento totalizou a R\$ 250.532, representado por expectativa de rentabilidade futura do investimento, que será amortizado linearmente em 10 anos ou quando de sua realização. Esse ágio está registrado nas informações trimestrais consolidadas no intangível.

No período de 2014, foram amortizados ágios no montante de R\$ 18.789 no consolidado.

b) Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual		
				30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	65.905	(32.493)	33.412	34.756	26.441
Ágio (Nota 16a)	10%	250.532	(54.282)	196.250	202.513	221.303
Outros	10%	1.522	(3.083)	(1.561)	44	3
Total em 30/09/2014		317.959	(89.858)	228.101	-	-
Total em 30/06/2014		317.700	(80.387)	-	237.313	-
Total em 30/09/2013		353.716	(67.796)	-	-	247.747

c) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

	Gastos com desenvolvimento logiciais	Ágio (Nota 16a)	Outros	Total
Saldo em 31/12/2013	29.449	215.039	1.503	245.991
Adições	14.976	-	-	14.976
Amortização do período	(11.013)	(18.789)	(3.064)	(32.866)
Saldo em 30/09/2014	33.412	196.250	(1.561)	228.101

17) DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Depósitos:

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total		
					30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013
• Depósitos à vista (1)	157.471	-	-	-	157.471	129.428	122.482
• Depósitos interfinanceiros	6.780.242	1.541.527	6.987	41.546	8.370.302	8.431.308	5.008.766
• Depósitos a prazo (2)	169.205	552.142	391.926	1.552.982	2.666.255	2.750.537	3.032.468
Total em 30/09/2014	7.106.918	2.093.669	398.913	1.594.528	11.194.028	-	-
Total em 30/06/2014	6.880.526	2.195.080	656.408	1.579.259	-	11.311.273	-
Total em 30/09/2013	2.437.679	3.788.773	529.771	1.407.493	-	-	8.163.716

(1) Classificados no prazo de 1 a 30 dias. Não considera a média histórica do giro; e

(2) Em Dez/13 o Banco celebrou acordo junto a investidores relativamente a 13 CDBs de emissão da própria instituição, no valor corrigido até 31/12/2013 por suas taxas de emissão de R\$ 500,4 milhões, que eram contestados em juízo, para encerramento do litígio em relação a tais CDBs. Como resultado deste acordo, o Banco apurou ganho contábil imediato de R\$ 84,5 milhões no 4º trimestre de 2013 e, além disso, deixará de ter despesas futuras de juros relativos a tais CDBs de R\$ 285,7 milhões até os seus respectivos vencimentos.

b) Captações no mercado aberto:

	Até 30 dias	90 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total		
					30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013
Carteira Própria	-	100.777	153.330	468.906	723.013	510.298	266.590
• Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	100.777	69.714	273.816	444.307	260.220	90.666
• Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	83.616	195.090	278.706	250.078	175.924
Carteira de Terceiros	-	-	-	749.306	749.306	179.484	1.268.981
• Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	-	-	-	860.628
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	749.306	749.306	179.484	408.353
Total em 30/09/2014	-	100.777	153.330	1.218.212	1.472.319	-	-
Total em 30/06/2014	-	112.772	183.825	393.185	-	689.782	-
Total em 30/09/2013	1.462.627	21.754	-	51.190	-	-	1.535.571

c) Recursos de aceites e emissão de títulos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total		
					30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013
Títulos e Valores Mobiliários – país							
• Certificado de Recebíveis Imobiliários	89	176	885	9.657	10.807	11.323	13.829
• Letras Financeiras – LF	256.789	77.435	814.750	974.595	2.123.569	1.957.760	2.061.108
• Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	65.055	168.155	286.566	264.547	784.323	847.576	704.216
• Letras de Crédito Imobiliário – LCI	154.092	201.368	715.180	325.430	1.396.070	1.406.839	1.336.512
Subtotal	476.025	447.134	1.817.381	1.574.229	4.314.769	4.223.498	4.115.665
Títulos e Valores Mobiliários – exterior (1)							
• Euro <i>Medium-Term Notes</i>	-	-	-	711.825	711.825	652.941	641.416
Subtotal	-	-	-	711.825	711.825	652.941	641.416
Total em 30/09/2014	476.025	447.134	1.817.381	2.286.054	5.026.594	-	-
Total em 30/06/2014	226.333	340.832	2.060.154	2.249.120	-	4.876.439	-
Total em 30/09/2013	328.588	399.352	1.293.713	2.735.428	-	-	4.757.081

(1) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

Em 22/02/2006, o Banco PAN lançou um programa de captação de recursos no exterior cujo total foi de US\$ 500.000 por meio da emissão de “Euro Medium-Term Notes”, dos quais US\$ 200.000 em 26/10/2009 e US\$ 300.000 em 04/08/2010.

O Banco PAN cumpriu a obrigação de oferecer aos detentores dessas notas a opção de resgatá-las antecipadamente pelo mesmo valor devido nas datas de vencimento originais (valor de face ou valor ao par). Esta opção pôde ser exercida entre os dias 27/06/2011 e 12/07/2011, e teve a adesão com valor total de principal de US\$ 900 para o vencimento em 2012 e US\$ 11.400 na emissão com vencimento em 2015. A liquidação destes resgates antecipados foi efetuada em 27/07/2011.

A seguir, saldo atualizado da *tranche* nas datas dos balanços:

<i>Tranche</i> US\$ mil	Taxa de juros	Vencimento	30/09/2014 (1)	30/06/2014 (1)	30/09/2013 (1)
288.638	5,50% a.a.	04/08/2015	711.825	652.941	641.416
Total			711.825	652.941	641.416

(1) O ajuste de marcação a mercado das captações no exterior foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma receita de R\$ 4.825 no 3º trimestre de 2014 (uma despesa de R\$ 2.499 no 2º trimestre de 2014, uma despesa de R\$ 1.863 no acumulado de 30/09/2014 e uma receita de R\$ 17.452 no período findo de 30/09/2013). Essa operação possui hedge de risco de mercado (Notas 3e e 7c).

d) Despesas de depósitos, captações no mercado aberto, recursos de emissão de títulos e dívidas subordinadas:

	3º Trimestre de 2014	2º Trimestre de 2014	Acumulado em 30 de setembro de 2014	Acumulado em 30 de setembro de 2013
Depósitos a prazo (1)	103.326	96.560	297.631	239.978
Depósitos interfinanceiros	222.420	202.228	588.909	259.873
Varição cambial	195.803	(65.770)	64.677	147.081
Títulos e valores mobiliários no exterior e Dívidas subordinadas	43.208	36.370	117.275	107.600
Marcação a mercado de captações no exterior – Dívida Subordinada e TVM no exterior	(942)	4.685	14.004	(110.816)
Operações compromissadas	31.511	20.519	73.584	126.932
Letras Financeiras – LF	62.329	63.017	189.912	108.867
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	21.084	19.613	58.164	28.835
Contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos – FGC	2.450	2.869	7.714	8.193
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	35.515	35.591	106.639	74.274
Captação por meio de FIDCs	-	-	59	19.074
Debêntures	-	-	-	2.854
Total	716.704	415.682	1.518.568	1.012.745

(1) Em Dez/13 o Banco PAN celebrou acordo junto a investidores relativamente a 13 CDBs de emissão da própria instituição, no valor corrigido até 31/12/2013 por suas taxas de emissão de R\$ 500,4 milhões, que eram contestados em juízo, para encerramento do litígio em relação a tais CDBs. Como resultado deste acordo, o Banco PAN apurou ganho contábil imediato de R\$ 84,5 milhões no 4º trimestre de 2013 e, além disso, deixará de ter despesas futuras de juros relativos a tais CDBs de R\$ 285,7 milhões até os seus respectivos vencimentos.

18) RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – CORRESPONDENTES NO PAÍS

Referem-se a recebimentos de parcelas de contratos cedidos e a bens retomados relativos a contratos cedidos a serem repassados aos cessionários, atualizados pelas taxas pactuadas nos contratos de cessão de crédito.

	30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013
Crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, crédito consignado e crédito imobiliário	128.542	136.601	143.269
Total	128.542	136.601	143.269

19) OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

a) Saldos patrimoniais:

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013
• No País	-	1.694	-	100.000	101.694	101.639	101.430
• No Exterior	-	62.542	61.275	-	123.817	223.079	284.108
Total em 30/09/2014	-	64.236	61.275	100.000	225.511	-	-
Total em 30/06/2014	110.442	1.639	57.699	154.938	-	324.718	-
Total em 30/09/2013	1	62.537	-	323.000	-	-	385.538

b) Resultado de obrigações por empréstimos:

Empréstimos	3º Trimestre de 2014	2º Trimestre de 2014	Acumulado em 30 de setembro de 2014	Acumulado em 30 de setembro de 2013
No país	(1.593)	6.503	(9.900)	(29.098)
No exterior	(18.440)	(19.566)	(22.169)	(31.999)
Total	(20.033)	(13.063)	(32.069)	(61.097)

20) DÍVIDAS SUBORDINADAS

Demonstra-se a seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da Operação	Moeda	Remuneração	30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013
No Exterior (1): 2020	10	US\$ 500.000	US\$	Taxa de 8,50% a.a.	1.336.545	1.232.993	1.209.143
No País: 2018 (2)	06	R\$ 10.000	R\$	100,0% da taxa CDI + 1,35% a.a.	12.573	11.859	11.245
2019 (3)	06	R\$ 100.000	R\$	100,0% da taxa IPCA + 5,60% a.a.	115.602	109.713	102.689
Total					1.464.720	1.354.565	1.323.077

(1) O ajuste de marcação a mercado das dívidas subordinadas foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma despesa de R\$ 3.882 no 3º trimestre de 2014 (despesa de R\$ 2.187 no 2º trimestre de 2014, uma despesa de R\$ 12.141 no período de 2014 e uma receita de R\$ 93.364 no período de 2013). Essa operação possui hedge de risco de mercado (notas 3 e 7c);

(2) Letras Financeiras Subordinada, emitidas em 22/05/2012, com vencimento em 22/05/2018; e

(3) Letras Financeiras Subordinada, emitidas em 05/06/2013 com vencimento em 05/04/2019.

21) PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS (FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS)

a) Obrigações legais:

O Banco PAN e suas controladas (PAN Seguros e Panamericano Arrendamento Mercantil) vinham questionando judicialmente a ampliação da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS na forma da Lei nº 9.718/98 e por força de decisões judiciais intermediárias não vinham efetuando o pagamento destas contribuições incidentes sobre receitas financeiras, mas provisionava esses valores.

Em 28/11/2013, a fim de usufruir dos benefícios instituídos pelo artigo 39, inciso I da Lei 12.865, de 9/10/2013, com alterações da MP 627 de 11/11/2013, posteriormente convertida na Lei nº 12.973 de 13/05/2014. O Banco PAN e a PAN Seguros S/A aderiram ao Programa de Recuperação Fiscal ("REFIS"), pagando à vista os débitos referentes às contribuições ao PIS e COFINS dos períodos de 2006 a 2012, e desistindo da discussão judicial existente. Conseqüentemente, as respectivas provisões existentes nas duas empresas foram baixadas e esses tributos passaram a ser recolhidos normalmente.

Em 29/07/2014 a Panamericano Arrendamento Mercantil S/A também desistiu da discussão judicial existente e aderiu ao REFIS para usufruir dos benefícios instituídos pelo artigo 39, inciso I da Lei nº 12.865, de 9/10/2013, com alterações da Lei nº 12.973 de 13/05/2014, pagando à vista os débitos referentes às contribuições ao PIS e COFINS dos períodos de 2006 a 2013.

b) Provisões classificadas como perda provável:

O Banco PAN é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral, decorrente de pretensão enquadramento na categoria de bancário, e em especial horas extras – em razão da interpretação do artigo 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Todos os processos trabalhistas são geridos individualmente por meio de sistema informatizado. A provisão é constituída individualmente, de acordo com a situação do processo e o efetivo risco de perda. Os processos com decisão judicial desfavorável têm provisão associada correspondente ao valor efetivo da referida decisão. Os processos sem decisão judicial são provisionados individualmente, observada a particularidade do caso ou de acordo com índice histórico de perda, que é o percentual apurado entre o que foi pedido e o que foi efetivamente pago nos últimos 12 meses, considerando-se sempre os processos encerrados.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar, referente a ações indenizatórias, protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à restituição de valores.

Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

I - Provisões segregadas por natureza:

	30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013
Processos cíveis	172.737	169.702	133.763
Processos trabalhistas	101.693	86.426	53.047
Processos tributários	20.216	32.826	21.165
Subtotal (1)	294.646	288.954	207.975
Provisão para riscos fiscais (2)	-	55.523	637.390
Total	294.646	344.477	845.365

(1) Nota 22b; e

(2) Classificados na rubrica "Outras Obrigações – fiscais e previdenciárias" (Nota 22a).

II - Movimentação das provisões:

Consolidado	30/09/2014					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Subtotal	Fiscais (1)	Total
Saldo em 31/12/2013	59.717	163.105	21.386	244.208	53.241	297.449
Baixas	(16.704)	(70.071)	(11.748)	(98.523)	(55.523)	(154.046)
Constituições líquidas de reversões	58.680	79.703	10.578	148.961	2.282	151.243
Saldo em 30/09/2014	101.693	172.737	20.216	294.646	-	294.646

(1) Nota 21a

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

III – Passivos contingentes classificados como perda possível

No 4º trimestre de 2011 a PAN Seguros S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social e imposto de renda retido na fonte relativos ao ano base de 2007, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 15.819. Em 25/08/2014, a PAN Seguros S.A. optou por quitar parcialmente os débitos de IRPJ e CSLL, a fim de usufruir dos benefícios instituídos pelo artigo 2º da Lei nº 12.996/2014, com alterações trazidas pela MP 651/2014 e aderiu ao REFIS, permanecendo a discussão em relação ao montante de R\$ 7.961.

No 3º trimestre de 2012, o Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil, por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 19.166.

No 4º trimestre de 2012, foram lavrados três autos de infração da Receita Federal do Brasil contra o Banco PAN S.A., por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 170.475.

No 4º trimestre de 2013, o Panamericano Arrendamento Mercantil S.A recebeu autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visam exigir ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2008 a 2012, cujo montante de principal e multa totalizou R\$ 43.656.

A Administração, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificou como possível a probabilidade de perda desses processos.

22) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias:

	30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013
Provisão para riscos fiscais (Nota 21a)	-	55.523	637.390
Parcelamento Refis – Lei nº 11.941/09 (1)	32.349	33.191	35.714
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	50.652	45.882	94.916
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 34e)	114.594	122.354	171.935
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	10.307	6.763	8.958
Impostos e contribuições sobre salários	1.695	1.895	1.942
ISS a recolher	2.847	2.326	2.819
COFINS a recolher	9.867	9.705	4.788
Impostos retidos na fonte sobre títulos de renda fixa	1.928	254	215
PIS a recolher	1.710	1.654	886
Outros	43	73	90
Total	225.992	279.620	959.653

(1) O Banco PAN e suas empresas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos de natureza tributária. Considerando os termos e as vantagens oferecidos pelo programa de anistia fiscal editado pelo Governo Federal, por meio da Lei nº 11.941/09, a administração do Banco PAN reavaliou juntamente com seus assessores jurídicos a conveniência de aderir ao referido programa. Como consequência, optou-se pela desistência de diversos processos movidos pelo Banco PAN e controladas, assumindo débitos fiscais como suas obrigações tributárias e a consequente obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos, contribuições e demais obrigações como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no parcelamento. Os principais processos que fazem parte do programa de anistia são: (i) Contribuição Previdenciária parte empresa, sobre pagamentos à pessoa física; (ii) Exclusão indevida de Provisão para Devedores Duvidosos da base de cálculo de IRPJ/CSLL; (iii) IRPJ decorrente de adesão irregular ao Incentivo Fiscal – FINOR; e (iv) Aproveitamento indevido de prejuízo fiscal na base de cálculo IRPJ/CSLL.

Os débitos foram consolidados junto à Receita Federal do Brasil e após apropriação das antecipações efetuadas, apresenta a seguinte composição:

	30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013
Débitos previdenciários	28.169	28.868	30.963
Demais débitos	4.180	4.323	4.751
Total	32.349	33.191	35.714

b) Diversas:

	30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013
Obrigações sobre operações vinculadas a cessão(1)	591.517	-	-
Valores a pagar a estabelecimento referente a compras com cartões de crédito	545.526	530.352	472.198
Provisão para passivos contingentes (Nota 21b)	294.646	288.954	207.975
Arrecadação de cobrança	112.362	107.885	45.446
Provisão para créditos cedidos de liquidação duvidosa (Nota 8d)	28.785	52.909	161.544
Provisão para pagamentos a efetuar	116.800	118.786	139.984
Valores a pagar a sociedades ligadas	39.817	8.811	11.446
Valores a pagar a lojistas	9.299	7.479	10.001
Captação de recursos FIDCs	-	-	140.358
Depósitos de terceiros	-	939	-
Valores específicos de consórcio	10.540	12.030	16.589
Outros	44.252	75.471	26.787
Total	1.793.544	1.203.616	1.232.328

(1) Referem-se às obrigações assumidas por operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios. (Nota 8g).

23) PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS E RESSEGUROS

As provisões técnicas – seguros e resseguros apresentam a seguinte composição:

a) Provisões de prêmios não ganhos:

	30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013
Seguros de Pessoas			
Prestamistas	113.091	112.526	101.834
Desemprego/perda de renda	5.783	7.289	12.209
Acidentes pessoais coletivos	2.276	2.269	3.166
Rendas de eventos aleatórios	117	188	510
Seguro Habitacional – Prestamista	39	37	27
Vida em grupo	16	5	31
Seguro Habitacional – Demais coberturas	2	1	1
Microseguro	3	-	-
Subtotal	121.327	122.315	117.778
Seguros de Danos			
Fiança Locatícia	(1.258)	-	-
Garantia Estendida - Bens em Geral	1.762	-	-
Subtotal	504	-	-
Total	121.831	122.315	117.778

b) Sinistros a liquidar:

	30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013
Prestamistas	3.985	3.810	3.099
Acidentes pessoais coletivos	3.069	2.978	2.197
Vida em grupo	2.247	2.225	1.333
Rendas de eventos aleatórios	211	806	670
Desemprego/perda de renda	161	471	529
Seguro Habitacional – Prestamista	2	112	3
Seguro Habitacional – Demais Coberturas	10	-	-
Microseguro	2	-	-
Outros	18	18	-
Subtotal (1)	9.705	10.420	7.831
DPVAT	22.994	21.823	17.265
Total	32.699	32.243	25.096

(1) Do montante de R\$ 9.705 (R\$ 10.420 em 30/06/2014 e R\$ 7.831 em 30/09/2013), o valor de R\$ 6.839 (R\$ 5.974 em 30/06/2014 e R\$ 3.729 em 30/09/2013) refere-se a processos de sinistros em demanda judicial em diversos estágios processuais, com a seguinte classificação de risco:

Risco	30/09/2014		30/06/2014		30/09/2013	
	Quantidade de processos	Valor Provisionado	Quantidade de processos	Valor Provisionado	Quantidade de processos	Valor Provisionado
Perda provável	357	6.839	254	5.974	336	3.729
Total	357	6.839	254	5.974	336	3.729

c) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados:

	30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013
Seguros de Pessoas			
DPVAT	28.302	30.580	23.351
Prestamistas	5.279	6.349	5.842
Vida em grupo	1.020	1.229	4.008
Acidentes pessoais coletivos	1.282	1.542	1.418
Desemprego/perda de renda	834	1.003	452
Rendas de eventos aleatórios	516	620	450
Seguro Habitacional – Prestamista	282	250	79
Seguro Habitacional – Demais Coberturas	93	85	33
Microseguro	15	-	-
Resseguros	74	72	19
Subtotal	37.697	41.730	35.652
Seguros de Danos			
Garantia Estendida - Bens em Geral	29	-	-
Total	37.726	41.730	35.652

d) Provisão de Despesa Relacionada (1):

Consolidado	30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013
Vida em grupo	301	279	-
Acidentes pessoais coletivos	170	118	-
Rendas de eventos aleatórios	112	126	-
Prestamista	93	88	-
Desemprego/Perda de renda	19	18	-
Total	695	629	-

(1) Conforme a Resolução CNSP nº 281 de Jan/2013, a PAN Seguros deverá constituir, quando necessário a Provisão de Despesa Relacionada (PDR) para a cobertura de despesas relacionadas a sinistros, como o pagamento de indenização ou benefícios.

e) Outras provisões:

	30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013
DPVAT	800	640	317
Outras Provisões Técnicas de Previdência Complementar	204	204	267
Total	1.004	844	584

Total das provisões técnicas – seguros e resseguros	193.955	197.761	179.109
--	----------------	----------------	----------------

f) Resultado com operações de seguros

I - Receita de prêmios de seguros ganhos por ramo:

Ramos (1)	3º Trimestre de 2014	2º Trimestre de 2014	Acumulado em 30 de setembro de 2014	Acumulado em 30 de setembro de 2013
Seguros de Pessoas	44.868	45.863	137.315	93.388
Danos pessoais (DPVAT)	10.222	11.398	37.566	31.217
Acidentes pessoais coletivos	2.434	2.227	6.787	5.777
Desemprego/perda de renda	1.659	1.709	5.042	5.724
Prestamista	29.788	29.041	84.876	49.158
Renda de eventos aleatórios	316	210	721	597
Vida em grupo	338	69	410	(379)
Seguro Habitacional – Prestamista	(29)	940	1.393	941
Seguro Habitacional – Demais coberturas	47	255	412	353
Microseguro	93	14	108	-
Seguros de Danos	50	-	50	-
Garantia Estendida - Bens em Geral	50	-	50	-
Total	44.918	45.863	137.365	93.388

(1) Resultado líquido da variação das provisões técnicas de prêmios.

II - Sinistros ocorridos por ramo

Ramo	3º Trimestre de 2014	2º Trimestre de 2014	Acumulado em 30 de setembro de 2014	Acumulado em 30 de setembro de 2013
Seguros de Pessoas	11.192	11.206	39.619	34.391
DPVAT	8.965	10.001	33.069	27.386
Rendas de eventos aleatórios	(616)	(36)	(528)	717
Desemprego/perda de renda	(334)	(41)	(408)	830
Acidentes pessoais coletivos	189	(16)	82	633
Resseguros	-	1	38	7
Vida em grupo	276	(376)	(183)	(1.240)
Prestamista	2.503	1.414	6.693	5.521
Seguro Habitacional – Prestamista	(79)	46	236	362
Seguro Habitacional – Demais coberturas	18	7	70	33
Microseguro	19	-	19	-
Assistência	251	206	531	142
Seguros de Danos	29	-	29	-
Garantia Estendida - Bens em Geral	29	-	29	-
Total	11.221	11.206	39.648	34.391

24) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 30/09/2014 é de R\$ 3.460.732 e R\$ 2.867.020 em 30/06/2014 e 30/09/2013, e está dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013
Ordinárias	535.029.747	292.463.400	292.463.400
Preferenciais	394.010.416	242.612.675	242.612.675
Total	929.040.163	535.076.075	535.076.075

b) Movimentação do capital social em quantidade de ações

O BACEN aprovou em 29/08/2014 o Aumento de Capital em ON e PN homologado em 14/08/2014 pelo Conselho de Administração da Companhia.

	Ordinárias	Preferenciais	Total
Quantidade de ações em circulação em 31/12/2013	292.463.400	242.612.675	535.076.075
Aumento de Capital	242.566.347	151.397.741	393.964.088
Quantidade de ações em circulação em 30/09/2014	535.029.747	394.010.416	929.040.163

Aumento de Capital Social da Companhia, no limite do capital autorizado.

Em 13/06/2014, o Conselho de Administração do Pan aprovou aumento do capital social da Companhia no valor total de até R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos mil reais).

Após o prazo para exercício do direito de preferência e do rateio de sobras realizado, foram subscritas um total de 242.566.347 ações ordinárias e 151.397.741 ações preferenciais, ao preço de emissão de R\$ 3,38 por ação ordinária ou preferencial, totalizando o montante de R\$ 1.331.599 destinados respectivamente R\$ 593.712 para **Capital Social** e R\$ 737.887 para **Reserva de Capital**.

Em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 14/08/2014, foi aprovada a homologação do Aumento de Capital em ON e PN, conforme deliberado em 13/06/2014 pelo Conselho de Administração da Companhia. O BACEN aprovou tal aumento em 29/08/2014.

c) Reservas de lucros:

Reserva legal – Nos termos do estatuto social, o Banco PAN deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco PAN. Ademais, o Banco PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Nos termos do estatuto social, o saldo remanescente de lucros acumulados deve ser destinado a reserva para integridade do Patrimônio Líquido, que tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido do Banco PAN, podendo ser convertida em capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido, não podendo ultrapassar o valor do capital social do Banco PAN.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio:

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo sobre o lucro líquido anual, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, atualizada pela Lei nº 11.638/07. Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18/01/2012, o percentual vigente é de 35%.

25) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	3º Trimestre de 2014	2º Trimestre de 2014	Acumulado em 30 de setembro de 2014	Acumulado em 30 de setembro de 2013
Operações de crédito	65.825	60.105	183.646	176.126
Rendas de cartões	21.220	20.233	61.826	59.112
Rendas de serviços de cobrança	306	240	740	262
Administração de consórcios	5.674	2.309	10.113	14.482
Rendas de estruturação de operações / fundos	-	879	885	12.607
Rendas de comissão / intermediação	2.746	2.565	8.043	3.343
Outras	2.747	3.391	9.195	9.083
Total	98.518	89.722	274.448	275.015

26) DESPESAS DE PESSOAL

	3º Trimestre de 2014	2º Trimestre de 2014	Acumulado em 30 de setembro de 2014	Acumulado em 30 de setembro de 2013
Proventos	67.485	63.355	198.602	193.292
Encargos Sociais	19.777	18.544	58.878	52.981
Honorários	(15.957)	19.752	12.695	24.656
Benefícios	35.933	(6.038)	44.133	40.581
Outros	97	1.782	3.014	1.650
Total	107.335	97.395	317.322	313.160

27) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	3º Trimestre de 2014	2º Trimestre de 2014	Acumulado em 30 de setembro de 2014	Acumulado em 30 de setembro de 2013
Comissões pagas a correspondentes bancários (1)	133.024	182.660	444.224	486.585
Serviços de terceiros	47.779	47.552	138.226	136.340
Processamento de dados	20.490	22.422	61.512	41.880
Serviços do sistema financeiro	21.260	22.054	62.255	55.143
Comunicações	11.581	11.112	33.347	34.045
Taxas e emolumentos	7.554	6.838	20.730	26.357
Propaganda, promoções e publicidade	7.799	7.176	20.263	29.308
Aluguéis	12.777	12.214	37.214	36.445
Transporte	1.777	2.167	5.372	6.927
Depreciação e amortização	9.839	8.264	24.537	15.016
Viagens	2.344	1.785	5.844	6.022
Manutenção e conservação de bens	1.538	2.412	6.872	8.453
Despesas com busca e apreensão de bens	3.989	1.721	8.261	17.640
Materiais de consumo	207	155	634	670
Administração de fundos	-	-	87	1.728
Outras	16.534	11.179	38.894	50.108
Total	298.492	339.711	908.272	952.667

(1) Inclui a amortização de despesas incorridas na aquisição da carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S.A. no montante de R\$ 8.316 mil (nota 1).

28) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	3º Trimestre de 2014	2º Trimestre de 2014	Acumulado em 30 de setembro de 2014	Acumulado em 30 de setembro de 2013
Contribuição à Cofins	27.819	27.851	89.634	110.789
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	7.420	7.414	22.761	24.614
Contribuição ao PIS	4.802	4.775	15.388	18.879
Impostos e taxas	3.157	2.340	7.631	8.117
Total	43.198	42.380	135.414	162.399

29) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais:

	3º Trimestre de 2014	2º Trimestre de 2014	Acumulado em 30 de setembro de 2014	Acumulado em 30 de setembro de 2013
Amortização do deságio – BCS (1)	4.331	4.330	12.991	8.313
Recuperação de encargos e despesas	8.960	3.062	14.348	17.725
Atualização monetária de cessões de crédito a receber	367	514	1.605	4.059
Taxa de Registro de Cartórios – CDC (2)	8	18	66	15.968
Reversão de provisões	2.895	(12)	3.547	127.279
Benefício residual em operações securitizadas	1.907	2.143	5.354	5.033
Adesão ao Refis	10.543	-	10.543	-
Outras	38.732	19.494	71.555	69.005
Total	67.743	29.549	120.009	247.382

(1) Refere-se a amortização parcial do deságio apurado na aquisição de carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S.A. (Nota 1).

(2) A partir de abril de 2013, os valores recebidos de clientes pelo registro de contratos (CDC) em cartórios estão sendo contabilizados em outras obrigações, face representar uma obrigação para o banco.

b) Outras despesas operacionais:

	3º Trimestre de 2014	2º Trimestre de 2014	Acumulado em 30 de setembro de 2014	Acumulado em 30 de setembro de 2013
Cessão de operações de crédito	67.926	75.107	237.531	183.701
Constituição de provisões	63.139	45.850	147.748	157.933
Prejuízo com operações de crédito/financiamento e fraudes dedutíveis	10.952	10.849	31.840	21.961
Variação monetária passiva	26.403	50.579	131.967	112.002
Impairment de ativos	-	-	-	18.348
Descontos concedidos	8.117	6.214	24.540	22.675
Amortização de ágio	6.263	6.263	18.789	18.789
Administração de Apólice de Seguros	43	148	191	78
Gravames (1)	6.205	4.697	15.957	14.930
Outras	(910)	19.715	28.416	53.125
Total	188.138	219.422	636.979	603.542

30) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	3º Trimestre de 2014	2º Trimestre de 2014	Acumulado em 30 de setembro de 2014	Acumulado em 30 de setembro de 2013
Resultado na alienação de outros valores e bens	(19.581)	(24.122)	(63.727)	(49.060)
Desvalorização de outros valores e bens	5.154	9.968	20.720	1.789
Impairment de ativos não financeiros	-	-	-	(4.087)
Outros	137	203	412	97
Total	(14.290)	(13.951)	(42.595)	(51.261)

31) SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	30/09/2014 Ativo (passivo)	30/06/2014 Ativo (passivo)	30/09/2013 Ativo (passivo)	3º Trim./2014 Receita (Despesas)	2º Trim./2014 Receita (Despesas)	Acumulado em 30 de setembro de 2014 Receita (Despesas)	Acumulado em 30 de setembro de 2013 Receita (Despesas)
Disponibilidades (a)							
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	4	-	-	-	-
Total	-	-	4	-	-	-	-
<u>Aplicação interfinanceira de liquidez (b)</u>							
Banco BTG Pactual S.A.	40.000	-	-	15.370	1.762	17.730	3.668
Caixa Econômica Federal	1.029.999	428.000	-	829	939	1.992	930
Total	1.069.999	428.000	-	16.199	2.701	19.722	4.598
<u>Títulos e valores mobiliários (c)</u>							
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	88.195	-	17.791	-	5.690
Caixa Econômica Federal	-	-	21.879	-	-	-	1.139
BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	-	-	22.791	-	-	-	547
Total	-	-	132.865	-	17.791	-	7.376
<u>Cessão de crédito (d)</u>							
Caixa Econômica Federal	350.467	308.867	128.385	-	-	-	-
Total	350.467	308.867	128.385	-	-	-	-
<u>Outros créditos (e)</u>							
Caixa Econômica Federal	14.567	14.204	-	-	-	-	-
BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	-	-	58	-	-	-	-
Total	14.567	14.204	58	-	-	-	-
<u>Depósitos à vista (f)</u>							
Pessoal chave da administração	-	-	(3)	-	-	-	-
Total	-	-	(3)	-	-	-	-
<u>Depósitos interfinanceiros (g)</u>							
Banco BTG Pactual S.A.	(2.458.861)	(2.786.458)	(1.306.094)	(75.658)	(86.113)	(176.482)	(18.091)
Caixa Econômica Federal	(5.757.242)	(5.474.370)	(3.540.030)	(155.493)	(218.493)	(102.565)	(49.699)
Total	(8.216.104)	(8.260.828)	(4.846.124)	(231.151)	(304.606)	(579.046)	(67.790)
<u>Obrigações por operações compromissadas (h)</u>							
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(642)	(1.159)	(1.923)	-
Caixa Econômica Federal	-	-	-	(206)	-	(206)	-
Total	-	-	-	(848)	(1.159)	(2.129)	-
<u>Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (i)</u>							
Banco BTG Pactual S.A.	(327.555)	(385.958)	(8.997)	(9.541)	(17.155)	(29.324)	(2.106)
Caixa Econômica Federal	-	(10.337)	-	(5)	(337)	(342)	-
Pessoal chave da administração	(25.486)	(25.186)	-	(498)	(570)	(642)	-
Total	(353.041)	(421.481)	(8.997)	(10.044)	(18.062)	(30.307)	(2.106)
<u>Instrumentos Financeiros Derivativos (j)</u>							
Banco BTG Pactual S.A.	102.006	64.086	(1.429)	37.874	156.120	193.994	(24.544)
Total	102.006	64.086	(1.429)	37.874	156.120	193.994	(24.544)
<u>Outras Obrigações (k)</u>							
Caixa Econômica Federal	-	-	(69)	-	-	-	-
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	(129)	-	-	-	(128)
BTG Pactual Gestora de Recursos LTDA.	-	-	(8)	-	-	-	(74)

BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	-	-	(436)	-	-	-	-
Total	-	-	(642)	-	-	-	(202)
<u>Outras despesas administrativas (l)</u>							
Caixa Econômica Federal	-	-	-	-	-	-	(40)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	-	(138)	(550)	-
BTG Pactual Corretora	-	-	-	(27)	(35)	(71)	-
Tecban S.A	-	-	-	(208)	(216)	(636)	(509)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	(100)	(6)	(274)	(494)
Total	-	-	-	(335)	(395)	(1.531)	(1.043)
<u>Resultado obtido na cessão de crédito (m)</u>							
Caixa Econômica Federal	-	-	-	92.426	207.772	483.933	826.128
Total	-	-	-	92.426	207.772	483.933	826.128

- (a) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;
- (b) Referem-se a aplicações de cotas de fundos de investimento da PAN Seguros com a Caixa Econômica Federal e BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, e derivativos no caso do Banco BTG Pactual S.A.
- (c) Refere-se à cessão de crédito a receber sem coobrigação;
- (d) Referem-se a valores de cobrança a receber arrecadados a serem repassados e carteira de câmbio;
- (e) Refere-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes antes às do CDI;
- (f) Referem-se a operações compromissadas com ligadas;
- (g) Refere-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 97% do CDI ;
- (h) Referem-se á operações de Swap;
- (i) Referem-se a liquidação de parcelas antecipadas de cessão de crédito e câmbio vendido a liquidar;
- (j) Referem-se a outras despesas administrativas de serviços prestados por empresas ligadas; e
- (k) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

b) Remuneração dos Administradores:

No Banco PAN, foi definido em Assembleia Geral Ordinária de 30/04/2014, o valor máximo de remuneração dos administradores para o ano de 2014 no montante de R\$ 29.445 (R\$ 29.445 em 30/06/2014 e R\$ 29.500 em 30/09/2013) (despesas de honorários).

• Benefícios de curto prazo a administradores (1)

	3º Trimestre de 2014	2º Trimestre de 2014	Acumulado em 30 de setembro de 2014	Acumulado em 30 de setembro de 2013
Despesas de honorários	4.495	(700)	12.695	24.656
Contribuição ao INSS	1.011	(157)	2.856	3.730
Total	5.506	(857)	15.551	28.386

(1) Registrado na rubrica de "Despesas de pessoal".

O Banco PAN não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seus administradores.

• Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamento para:

- I. Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- II. Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- III. Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

32) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

- **Gestão de Riscos**

O Banco PAN possui exposição em ativos e passivos envolvendo instrumentos financeiros derivativos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração do Banco PAN é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é da Diretoria de Controladoria e Compliance que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

- **Gestão do Capital**

O Banco PAN considera a gestão de capital como um processo estratégico que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da Instituição e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo órgão regulador.

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco PAN é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos, e abrange todas as empresas do Conglomerado Financeiro do grupo.

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de (i) monitoramento e controle do capital; (ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos da Instituição; e (iii) planejamento de metas e necessidade de capital. É realizado de acordo com os objetivos estratégicos do Banco PAN, as oportunidades de negócios e o ambiente regulatório.

O Banco PAN realiza sua gestão de capital de forma prospectiva e tempestiva, alinhado às melhores práticas e aderentes às recomendações emitidas pelo Comitê de Basileia, através de políticas e estratégias que antecipam a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições de mercado e que são avaliadas periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA

Ao longo de 2013, o Banco Central divulgou um conjunto de Resoluções e Circulares que passaram a valer a partir de outubro de 2013, com recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS) ao sistema bancário mundial no que tange os requerimentos de capital exigido. Dentre as medidas prudenciais emitidas neste pacote de normas, conhecido como Basileia III, destacam-se aquelas referentes à apuração do Patrimônio de Referência (PR), através dos ajustes prudenciais, e aos requerimentos mínimos de capital, que tiveram novas alterações.

O Pan atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a Circular BACEN nº 3.644/13 para o risco de crédito, as Circulares BACEN nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a Circular BACEN nº 3.640/13 para o risco operacional.

O quadro a seguir apresenta os indicadores de capital, incluindo o Patrimônio de Referência (PR) e os novos índices de capital que devem ser observados. Ressalta-se que, de Out/13 a Dez/14, o capital será calculado com base somente no Conglomerado Financeiro e, a partir de Jan/15, com base no Conglomerado Prudencial. Portanto, não serão mais apurados e apresentados os valores de capital referentes ao Consolidado Econômico-Financeiro (CONEF).

Demonstra-se a seguir o cálculo dos Indicadores de Capital do Conglomerado Financeiro.

Base de Cálculo – Índice de Basileia	30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013
Patrimônio de referência nível I	2.505.419	1.157.389	1.742.203
Capital Principal	2.505.419	1.157.389	1.742.203
Patrimônio de referência nível II	1.048.185	1.046.163	881.844
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	3.553.604	2.203.552	2.624.047
Patrimônio de referência	3.553.604	2.203.552	2.624.047
- Risco de crédito	17.776.569	17.368.886	15.407.015
- Risco de mercado	224.287	171.738	367.461
- Risco operacional	1.629.411	1.623.068	1.525.265
Ativo ponderado pelo risco – RWA	19.630.267	19.163.692	17.299.741
Índice de Basileia	18,10%	11,50%	15,17%
Capital nível I	12,76%	6,04%	10,07%
Capital principal	12,76%	6,04%	10,07%

- **Risco de Crédito**

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela instituição.

- **Risco de Mercado**

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas do Consolidado. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

As operações estão expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial e seu respectivo *spot*, taxa de juros vinculada aos índices de preço (INPC, INCC, IPCA e IGPM), além de outras taxas de juros (TR), à variação cambial (US\$) e variações dos preços de ações.

Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem; e

Carteira *Banking*: todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da Organização e seus eventuais *hedges*.

Análise de Sensibilidade em 30/09/2014

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading e Banking</i> Exposições sujeitas à variação:	CENÁRIOS (*)		
		(1) Provável	(2) Possível	(3) Remoto
Taxas de Juros	Taxas de Juros Prefixadas	(1.702)	(516.020)	(1.045.459)
Cupom Outras Taxas de Juros	Taxas de Cupom de Taxas de Juros	(196)	(45.164)	(83.078)
Cupom de Índice de Preços	Taxas de Cupom de Índice de Preços	(561)	(76.335)	(143.609)
Renda Variável	Preço de Ações	(243)	(6.075)	(12.150)
Moeda Estrangeira	Taxas de Câmbio	(606)	(15.142)	(30.284)
Cupom Cambial	Taxas de Cupom Cambial	(10)	(643)	(1.283)
Total em 30/09/2014		(3.318)	(659.379)	(1.315.863)
Total em 30/06/2014		(3.589)	(599.532)	(1.206.871)
Total em 30/09/2013		(3.865)	(735.047)	(1.458.231)

(*) Valores brutos de impostos.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de setembro de 2014, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 10,01% a.a. ou 9,99% a.a. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 12,50% a.a. ou 7,50% a.a. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 10% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 15,00% a.a. ou 5,00% a.a. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de stress, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência, e também, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.

EXPOSIÇÃO CAMBIAL

A seguir, são apresentados os ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras em 30/09/2014, 30/06/2014 e 30/09/2013.

Ativos – Dólar	30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013
Operações de crédito (ACC/CCE)	975.500	696.887	578.840
Outros Recebíveis	-	24.441	23.189
Total Ativos	975.500	721.328	602.029

Passivos – Dólar	30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013
Dívida subordinada	1.669.749	1.180.406	1.209.143
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	740.501	652.941	641.416
Obrigações por empréstimos no exterior	249.020	223.079	284.108
Total Passivos	2.659.269	2.056.426	2.134.667

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Em 30/09/2014, 30/06/2014 e 30/09/2013, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	Valor de Referência			Valor de Mercado		
	30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013
Ativos - Dólar						
Swap	1.761.606	1.622.112	1.757.503	2.593.389	2.367.148	2.634.548
DDI	100.818	158.581	95.460	100.818	492	(1.321)
DOL	-	-	97.653	-	-	(547)
Total	1.862.424	1.780.693	1.950.616	2.694.207	2.367.640	2.632.680
Passivos - Dólar						
Swap	309.567	18.834	133.963	348.238	12.289	318.178
DDI	706.555	571.369	560.148	706.555	(3.113)	9.139
DOL	151.017	135.104	97.653	151.017	(131)	860
NDF	-	-	10.340	-	-	10.032
Total	1.167.140	725.307	802.104	1.205.810	9.045	338.210

- **Risco de Liquidez**

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

O Banco PAN mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida e as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resoluções nº 2.804/00 e 4.090/12). Os resultados das análises dos *gaps* de Liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.

- **Risco Operacional**

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

De forma a atender aos princípios da Resolução CMN nº 2.554/98 e o Inciso III do art. 9º da Resolução CMN nº 3.380/06, o Conglomerado possui estrutura organizacional independente e responsável pelo gerenciamento e controle dos riscos operacionais. A área de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional é responsável também pelas atividades de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e de Continuidade dos Negócios.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.477/09, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancopan.com.br/ri Relatório de Gerenciamento de Riscos.

- **Valor de Mercado**

O valor contábil líquido dos principais instrumentos financeiros está apresentado a seguir:

Item	30/09/2014			30/06/2014		
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	2.015.130	2.007.768	(7.362)	1.614.553	1.609.323	(5.230)
- Ajuste de títulos para negociação	143.005	143.005	-	152.527	152.527	-
- Ajuste de títulos disponíveis para venda	1.491.324	1.491.324	-	974.712	974.712	-
- Ajuste de títulos mantidos até o vencimento	380.801	373.439	(7.362)	487.314	482.084	(5.230)
Operações de Crédito e de arrendamento mercantil	16.384.716	16.430.175	45.459	15.836.656	16.440.132	603.476
Depósitos a prazo	2.666.255	3.204.313	(538.058)	2.750.537	2.936.938	(186.401)
Depósitos Interfinanceiros	8.370.302	8.175.312	194.990	8.431.308	8.255.050	176.258
Recursos de emissão de títulos	5.026.594	4.964.995	61.599	4.876.439	4.441.961	434.478
Obrigações por empréstimos	225.511	249.020	(23.509)	324.718	336.731	(12.013)
Dívidas Subordinadas	1.464.720	1.500.511	(35.791)	1.305.677	1.674.860	(369.183)
Lucro não realizado sem efeitos fiscais			(302.672)			641.385

Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

- Títulos e Valores Mobiliários, Dívidas Subordinadas, Instrumentos Financeiros Derivativos, tem seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado na data do balanço. Na inexistência de cotações a mercado o seu valor será determinado por marcação à modelo ou por instrumentos equivalentes;
- Para operações de crédito ou de arrendamento mercantil seu valor a mercado é determinado descontando-se o fluxo futuro pelas taxas praticadas a mercado em operações equivalentes na data do balanço;
- Depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses tem seu valor de mercado calculado aplicando-se sobre o estoque vigente as taxas praticadas para instrumentos equivalentes na data deste balanço.

33) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em 04/12/2013 o Banco PAN iniciou processo junto a SUSEP para a retirada de patrocínio do Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos (nos termos da Resolução CNPC 11/2013), que será submetido à aprovação da PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar). Somente após verificar a conformidade das condições e dos cálculos apresentados no processo, é que a PREVIC concederá sua aprovação. Até lá, o plano terá funcionamento normal com contribuições mensais. No período de 2014, o montante dessa contribuição foi de R\$ 418, no acumulado do ano o montante foi de R\$ 436 (R\$ 295 no 2º trimestre de 2014, R\$ 490 no acumulado de 2013).

Essa medida foi definida devido ao fato do Banco não fazer mais parte do mesmo grupo econômico das empresas que compõem o Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos, e também por não fazer de política/plano de benefícios adotado pela instituição.

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. O montante dessas despesas totalizou no período de 2014 a R\$ 45.202 (R\$ 40.676 no período de 2013).

34) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	3º Trimestre de 2014	2º Trimestre de 2014	Acumulado em 30 de setembro de 2014	Acumulado em 30 de setembro de 2013
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(621.970)	(382.134)	(373.260)	34.994
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes (1)	142.678	(51.326)	142.678	(14.004)
Efeito no cálculo dos tributos:				
Crédito tributário de períodos anteriores não constituídos	3	(3)	-	(3.267)
Ativação de créditos tributários de exercícios anteriores	-	-	-	(10)
Outros valores	8.822	(344)	11.943	13.505
Receita de Imposto de renda e contribuição social do período	54.901	44.930	154.622	(3.776)

(1) A alíquota da contribuição social para as empresas dos segmentos financeiros e de seguros foi elevada para 15%, de acordo com a Lei nº 11.727/08, permanecendo em 9% para as demais empresas (nota 3n)

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldo em 30/09/2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.033.962	281.694	(94.684)	1.220.972
Provisão para contingências cíveis	65.325	37.446	(33.647)	69.124
Provisão para contingências fiscais (Pis e Cofins)	21.161	-	(21.161)	-
Provisão para contingências trabalhistas	23.016	22.856	(6.960)	38.912
Provisão para contingências tributárias	8.500	5.823	(6.324)	7.999
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	20.999	36.098	(41.552)	15.545
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	31.205	6.116	(11.832)	25.489
Provisão para Gratificação de funcionários/PLR	14.639	13.526	(18.678)	9.487
Outras provisões	91.751	32.185	(41.507)	82.429
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.310.558	435.744	(276.345)	1.469.957
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (1)	1.497.901	37.430	(23.916)	1.511.415
Lucros não realizados e demais ajustes de consolidação dos créditos cedidos aos FIDCs	2.129	-	(2.129)	-
Total dos créditos tributários	2.810.588	473.174	(302.390)	2.981.372
Obrigações fiscais diferidas (Nota 34e)	(145.271)	-	30.677	(114.594)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	2.665.317	473.174	(271.713)	2.866.778

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base em revisão do estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 30/06/2014, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 04/08/2014.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados.

Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos:

	Diferenças temporárias			Prejuízo fiscal e base negativa			Lucros não realizados e demais ajustes de consolidação dos créditos cedidos aos FIDCs			Total		
	30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/06/2014	30/09/2013
2013	-	-	424.401	-	-	2.398	-	-	45	-	-	426.844
2014	367.479	373.861	552.980	16.341	11.638	118.828	-	-	101	383.820	385.499	671.909
2015	488.992	471.789	322.229	28.428	28.428	139.023	-	-	209	517.420	500.217	461.461
2016	235.529	227.126	9.626	47.498	47.498	178.859	-	-	215	283.027	274.624	188.700
2017	139.409	133.070	52.859	106.628	106.634	49.947	-	-	480	246.037	239.704	103.286
2018	149.790	154.642	2.666	131.338	131.362	189.473	-	-	1.035	281.128	286.004	193.174
2019	70.901	59.620	2.190	192.622	192.622	202.453	-	-	106	263.523	252.242	204.749
2020	10.310	3.299	12.665	237.718	237.718	200.721	-	-	89	248.028	241.017	213.475
2021	20	20	21	305.823	276.407	207.628	-	-	5	305.843	276.427	207.652
2022	479	491	7.743	292.665	292.665	70.781	-	-	-	293.144	293.156	78.525
2023	7.048	7.038	-	49.661	49.705	-	-	-	-	56.709	56.743	-
Total	1.469.957	1.430.956	1.387.380	1.408.722	1.374.677	1.360.111	-	-	2.285	2.878.679	2.805.633	2.749.775

Em 30/09/2014, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, totalizava R\$ 1.903.987 (R\$ 1.650.439 em 30/06/2014 e R\$ 1.889.313 em 30/09/2013).

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 112.693, não estão sujeitos a geração de lucros baseada em estudo técnico.

d) Créditos tributários não ativados:

Em 30/09/2014, o Grupo possuía prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 1.220.245 (R\$ 1.220.245 em 30/06/2014 e R\$ 782.172 em 30/09/2013), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 488.096 (R\$ 488.096 em 30/06/2014 e R\$ 312.689 em 30/09/2013), em virtude de não atender todas as condições estabelecidas pelo BACEN para o registro do referido crédito.

e) Obrigações fiscais diferidas:

Consolidado	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldo em 30/09/2014
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(8.573)	-	3.878	(4.695)
Superveniência de depreciação	(136.698)	-	26.799	(109.899)
Total	(145.271)	-	30.677	(114.594)

35) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Os avais e fianças concedidos totalizam em 30/09/2014 R\$ 20.375 (R\$ 18.484 em 31/12/2013);
- b) O Banco PAN e suas controladas têm como política segurar seus valores em espécie, cheques recebidos em garantia e bens em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros;
- c) Em 30/09/2014 e 30/09/2013, o Banco PAN e suas controladas não possuíam contratos de arrendamento mercantil para aquisições próprias;
- d) A partir de 01/01/2012, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.036/11 que faculta o diferimento do resultado líquido negativo decorrente de renegociação de operação de crédito anteriormente cedida. O prazo máximo para o diferimento deve ser 31/12/2015 ou o prazo de vencimento da operação renegociada, dos dois o menor, observado o método linear. A Resolução passou a produzir efeitos a partir de 01/01/2012. O Banco PAN não utiliza a faculdade prevista nesta Resolução;
- e) O Banco PAN, a fim de usufruir dos benefícios instituídos pelo artigo 39, inciso I da Lei nº 12.865 de 9/10/2013, com alterações da MP 627 de 11/11/2013, posteriormente convertida na Lei nº 12.973 de 13/05/2014. O Banco PAN e a PAN Seguros S/A aderiram ao Programa de Recuperação Fiscal ("REFIS") referente às contribuições ao PIS e COFINS do período compreendido entre os anos de 2006 e 2012;

Desta forma, em 28/11/2013 foram realizados os pagamentos à vista da importância de R\$ 536,2 milhões no Banco PAN e R\$ 28,9 milhões na PAN Seguros totalizando R\$ 565,1 milhões, se beneficiando da redução de 100% (cem por cento) dos juros, juros sobre multas, e multas aplicados sobre os valores das respectivas contribuições, correspondentes à R\$ 288,9 milhões no Banco PAN e R\$ 17,5 milhões na PAN Seguros totalizando R\$ 306,4 milhões e pôs fim à discussão judicial que possuíam sobre o tema. Os resultados positivos apurados foram de R\$ 21,4 milhões no Banco PAN e R\$ 7,7 milhões na PAN Seguros;

- f) O Banco PAN comunica a seus investidores que conforme comunicado em Assembleia Geral de Cotistas realizada no dia 21/10/2013, os FIDCs Master CDC Veículos e Autopan CDC Veículos foram liquidados em 20/01/2014;
- g) Em Dez/13 o Banco PAN celebrou acordo junto a investidores relativamente a 13 CDBs de emissão da própria instituição, no valor corrigido até 31/12/2013 por suas taxas de emissão de R\$ 500,4 milhões, que eram contestados em juízo, para encerramento do litígio em relação a tais CDBs. Como resultado deste acordo, o Banco PAN apurou ganho contábil imediato de R\$ 84,5 milhões e, além disso, deixará de ter despesas futuras de juros relativos a tais CDBs de R\$ 285,7 milhões até os seus respectivos vencimentos;
- h) Em 14/05/2014 foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A referida lei dispõe, ainda sobre a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27/05/2009.
- i) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações – Resolução CMN 3.263/05: O Banco PAN possui acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas jurídicas integrantes ou não do SFN. O objetivo da resolução é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor;
- j) Aprovação do Aumento de Capital: Em 13/06/2014, o Conselho de Administração do Pan aprovou aumentos do capital social da Companhia no valor total de até R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), visando o crescimento das atividades da Companhia de acordo com o novo plano de negócios que está sendo implementado pela atual diretoria e melhorar a estrutura de capital da Companhia, a serem concretizados nas condições abaixo:
- ✓ Aumento de Capital Social da Companhia, no limite do capital autorizado, conforme mencionado na Nota 24a; e
 - ✓ Aumento de Capital Social com a criação e emissão de Ações Preferenciais Resgatáveis ("Aumento em Preferenciais Resgatáveis").

Os Conselheiros aprovaram submeter para exame e deliberação dos acionistas reunidos em Assembleia Geral de Acionistas, outro aumento do capital social da Companhia, no valor de até R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), com a criação de nova classe de ações preferenciais, resgatáveis, para emissão de nova classe de ações preferenciais resgatáveis, com prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir do último dia do prazo previsto para subscrição da primeira emissão de ações preferenciais resgatáveis e terão direito a dividendos fixos, cumulativos, anuais e prioritários, depois de levantado o balanço anual da Companhia, equivalentes a 104% (cento e quatro por cento) da variação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros, aplicado sobre o preço de emissão de tais ações preferenciais resgatáveis, a partir do último dia de fruição do prazo para exercício do direito de preferência dos acionistas para subscrição das ações preferenciais resgatáveis. O direito de preferência na subscrição das novas ações observará a proporção das ações ordinárias e preferenciais da Companhia existentes na data da emissão. Os direitos, vantagens e restrições da nova classe de ações estarão detalhados na minuta de alteração do Estatuto Social da Companhia, a ser disponibilizada na proposta da administração da Assembleia Geral de Acionistas que deliberar sobre a criação e emissão das ações preferenciais resgatáveis.

Os acionistas controladores, CaixaPar e BTG Pactual, garantirão a subscrição das ações preferenciais resgatáveis, inclusive daquelas que decorram do rateio de sobras.

Adicionalmente, a criação de nova classe de ações preferenciais resgatáveis deverá ser ratificada em assembleia especial de acionistas titulares de ações preferenciais.

A aprovação da criação da nova classe de ações preferenciais resgatáveis deverá ser ratificada em assembleia especial de acionistas titulares de ações preferenciais e dará ensejo aos mesmos exercerem o direito de recesso na forma do inciso II do artigo 136 da Lei das S.A. Em caso do direito

de retirada ser exercido por mais de 0,5% (meio por cento) dos acionistas preferencialistas da Companhia, a Administração convocará Assembleia Geral para reconsiderar a deliberação sobre a criação das ações preferenciais resgatáveis, de forma a preservar a estrutura de capital da Companhia;

Em 25/09/2014 o Banco PAN informou ao mercado que o direito de retirada exercido superou o percentual de 0,5% (meio por cento) dos acionistas preferencialistas, desta forma, em 13/10/2014 foi convocada uma Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") onde foi reconsiderada a deliberação de criação e emissão das ações preferenciais resgatáveis ocorrida em AGE realizada em 15/08/2014, e na mesma ocasião, foi aprovado pelos acionistas ali reunidos: (i) a criação de nova classe de ações preferenciais resgatáveis ("PNR"); e (ii) aumento de capital social em até R\$ 1,5 bilhão representados por até 49.867.021 PNRs emitidas pelo valor unitário de R\$ 30,08, por um prazo de 5 anos, em uma subscrição privada para acionistas da Companhia; e

k) Venda da PAN Seguros e PAN Corretora: O Banco Pan S.A. e seus controladores, em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 358/02, informaram aos seus acionistas e ao mercado que o Conselho de Administração do Banco Pan aprovou, em reunião realizada em 21/08/2014, por voto favorável de todos os seus conselheiros independentes, a venda da participação societária detida pelo Banco Pan nas sociedades Pan Seguros S.A. ("Pan Seguros") e Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda. ("Pan Corretora").

Tal aprovação baseou-se na recomendação favorável, unânime e sem ressalvas, do Comitê Independente especialmente constituído pelo Conselho de Administração do Banco Pan para negociar os termos e condições das Operações, o qual contou com a participação do membro do Conselho de Administração eleito pelos acionistas minoritários do Banco Pan, bem como com a assessoria financeira do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão e assessoria jurídica do Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados.

Nesse contexto, foram celebrados, contratos de compra e venda por meio dos quais o Banco Pan alienará (i) a totalidade da participação societária por ele detida na Pan Seguros à BTG Pactual Seguradora S.A. ("BTGP Seguradora"), uma sociedade controlada do BTG Pactual, e (ii) a totalidade da participação societária por ele detida na Pan Corretora ao BTG Pactual e à CaixaPar, pelo valor total combinado de R\$ 580.000.000,00, o qual será corrigido pela variação positiva de 100% da Taxa DI até a consumação do fechamento das Operações. A CaixaPar, no âmbito das Operações, resguardou o direito de manter, após sua consumação, a condição atual de co-controlador da Pan Seguros.

Esta venda permitirá que o Banco Pan mantenha o foco na originação de crédito, permanecendo com uma receita adicional decorrente do crescente negócio de seguros, uma vez que o Banco Pan acordou, também no contexto das Operações, um acordo operacional de distribuição com a Pan Seguros, válido por 20 anos a partir do fechamento das Operações, por meio do qual a Pan Seguros utilizará o balcão do Banco Pan na comercialização de seus produtos de seguros.

A efetiva consumação de cada Operação estará sujeita (i) também à conclusão da outra Operação, dado se tratarem de negócios e contratos de compra e venda mutuamente dependentes, e (ii) as condições usuais em operações dessa natureza, incluindo a obtenção de todas as aprovações regulatórias necessárias e aplicáveis pelas entidades brasileiras competentes.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco PAN declara que discutiu, reviu e concordou com as informações trimestrais consolidadas referente ao período findo em 30/09/2014.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco PAN declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes referente às informações trimestrais consolidadas referentes ao período findo em 30/09/2014.

São Paulo, 03 de novembro de 2014

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Jorge Fontes Hereda

Vice – Presidente

André Santos Esteves

Conselheiros

José Luiz Acar Pedro

Antonio Carlos Porto Filho

Fábio de Barros Pinheiro

Fabio Lenza

Marcelo Terrazas

Marcos Antônio Macedo Cintra

Marcos Roberto Vasconcelos

Mateus Affonso Bandeira

Marcos Bader ⁽¹⁾

Roberto Balls Sallouti

DIRETORIA

Diretor Presidente

José Luiz Acar Pedro

Diretores

Alex Sander Moreira Gonçalves

Carlos Eduardo Pereira Guimarães

Eduardo Almeida Prado

Eduardo Nogueira Domeque

Jose Luiz Trevisan Ribeiro

Leandro de Azambuja Micotti

Maurício Antônio Quarezemin

Paulo Alexandre da Graça Cunha

CONSELHO FISCAL

Marcelo Adilson Tavarone Torresi

Marluce dos Santos Borges

Paulo Roberto Salvador Costa

COMITÊ DE AUDITORIA

Adilson Rodrigues Ferreira

Almir José Meireles

Marcelo Yugue

CONTADOR

Gregório Moreira Franco

CRC 1SP219426/O-2

(1) O mesmo foi homologado pelo BACEN e estão sendo tomadas as medidas necessárias para sua posse.

Banco Pan S.A.
e empresas controladas
(nova denominação do Banco
Panamericano S.A.)
Informações financeiras intermediárias em
30 de setembro de 2014 e relatório de revisão dos
auditores independentes

Relatório de revisão das Informações Trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pan S.A. (nova denominação do Banco Panamericano S.A.)

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, consolidadas, do Banco Pan S.A. e de suas controladas (“Consolidado”) em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Banco Pan S.A. (nova denominação do Banco Panamericano S.A.)

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, consolidadas, acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

Ênfase

Créditos tributários diferidos

Conforme descrito na nota 34, existem em 30 de setembro de 2014 créditos tributários reconhecidos no ativo, no valor de R\$ 2,9 bilhões no Banco Pan S.A. e empresas controladas, reconhecidos com base em projeção para a realização de créditos tributários de longo prazo. Essa projeção de realização do crédito tributário foi revisada pela administração do Banco com base em estudo do cenário atual e futuro efetuada em junho de 2014 e aprovada pelo Conselho de Administração em 30 de junho de 2014, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção, custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. A realização desses créditos tributários, no período estimado de realização, depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração. Nossa conclusão não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 30 de setembro de 2014 e ao período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias consolidadas referidas no parágrafo de introdução, tomadas em conjunto.

Banco Pan S.A. (nova denominação do Banco Panamericano S.A.)

Informações suplementares

Os valores referentes ao balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao segundo trimestre de 2014, estão sendo apresentadas pela administração do Banco para propiciar informações suplementares sobre o Banco Pan S.A. e empresas controladas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias consolidadas referidas no parágrafo de introdução, tomadas em conjunto.

São Paulo, 03 de novembro de 2014

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0